



**Rede
Rural**
Nacional

2014

nº 4

Revista da Rede Rural Nacional

em Rede

Jovens Agricultores
Uma aposta no futuro

www.rederural.pt



Editorial

Agricultura do século XXI é dinâmica, acompanha as evoluções do setor, procura e partilha informação e conhecimento, pede respostas aos investigadores. É todo um contexto de mudança e evolução que leva a que os agricultores se organizem, quer em estruturas associativas formais, quer através da procura de redes de informação e conhecimento, colaborativas ou comunidades de práticas.

A Rede Rural Nacional tem procurado fortalecer a sua capacidade de resposta no sentido de promover iniciativas que deem a conhecer e debater experiências e projetos interessantes e de sucesso, assim como tem a preocupação de dar informação atualizada e relevante para o setor agrícola, nomeadamente para os jovens agricultores, através do seu sítio web (www.rederural.pt), na sua página no facebook e no twitter. Os jovens interessados em instalar-se na atividade agrícola ou que já a exercem são particularmente sensíveis à inovação, às novas tecnologias, às metodologias colaborativas e de trabalho em rede.

Nos últimos anos olharam criativamente para o setor agrícola e nele encontraram espaço para instalar novas empresas, originando um impulso de rejuvenescimento e novidade no setor.

Toda esta dinâmica levou a RRN a dedicar um número da Revista "em Rede" ao tema Jovens Agricultores.

Existem, no entanto muitos desafios que se colocam aos jovens agricultores. Muitas oportunidades também. O acesso à terra, o apoio ao investimento, a formação, a ligação à informação e ao conhecimento, a articulação com outras políticas, são matérias que exigem a atenção de todas as partes envolvidas; por outro lado, a capacidade de inovar, a apetência por novos produtos, a elevada competência técnica, a procura de novas tecnologias e formas de organização para a produção, transformação e comercialização, o desejo de "regressar à terra", a coragem de nela permanecer...

De tudo isto se fala um pouco nesta revista e convidamos, por isso, o leitor a conhecer na rubrica "Políticas", o que se fez desde há 30 anos e o que se perspetiva em termos políticos para os jovens agricultores. Nos "Pontos de Vista" poderá aperceber-se dos vários prismas através dos quais diversas personalidades leem a realidade dos jovens agricultores. Mais ou menos otimistas, são unânimes em valorizar o potencial dos jovens agricultores, mas também a alertar para as dificuldades que enfrentam.

Na rubrica "Iniciativas" apresentamos exemplos inspiradores tendo consciência de quantos mais jovens podem estar interessados e motivados para apostarem numa atividade no setor agrícola.

É, sobretudo, a todos os jovens agricultores que não desistem, que lutam diariamente para prosseguir o seu projeto e o seu sonho, que dedicamos esta revista e colocamos a Rede Rural Nacional ao seu serviço.

Maria Custódia Correia

Coordenadora Nacional da RRN e Chefe de Divisão de Diversificação das Atividades Agrícolas, Formação e Associativismo / DGADR



EDITORIAL	María Custódia Correia	
POLÍTICAS	O Papel dos Jovens Agricultores na Sustentabilidade da Agricultura	2
	María José Ilhéu	
	A Instalação de Jovens Agricultores em França	11
	María José Ilhéu	
	Investir na Agricultura: Uma Perspetiva Positiva	14
	José Diogo Albuquerque	
	Políticas de Apoio aos Jovens Agricultores para 2014-2020 Síntese das Propostas	16
PONTOS DE VISTA	Conversas com Jovens Agricultores	18
	António Paisana / Ricardo Brites / Fernanda Machado	
	António Carreira / António Lino Neto	
	Entrevista a Organizações do Setor	
	Ricardo Brito Paes	25
	Luís Mira	26
	Luis Saldanha	28
	Opinião de...	
	José Mota Alves	29
	Entrevista a...	
	Vitor Barros	30
	Opinião de...	
	Pedro Teixeira	32
	Pedro Soares	33
	Armando Sevinate Pinto	34
INICIATIVAS	• No inovar é que está o ganho	36
BONS EXEMPLOS	• Idanha 2025: uma aposta da autarquia	38
	• No reino Fungi, em terras de Idanha	40
	• Physalis, um pequeno fruto com grandes aspirações	41
	• Morangos e outras frutas com classe	42
	• Canteiro da Luz	44
	• Temos de ver os apoios como um complemento ao investimento	45
	• Trocou a Função Pública pela enxada	46
	• Lavados e frescos de ilha para ilha	47
LER / INTERNET		48

**Ficha técnica**

Título EM REDE, Revista da Rede Rural Nacional

Propriedade DGADR / Rede Rural Nacional

Editor DGADR / Rede Rural Nacional

Conselho Editorial DGADR / UC-ETA da Rede Rural Nacional (María Custódia Correia, Ana Entrudo, María José Ilhéu, Teresa Barata); DRAPLVT / representante dos PF-ETA da Rede Rural Nacional (Elizete Jardim); AG PRODER (Rogério Ferreira); AG PRORURAL (María José Aranda e Silva); AG PRODERAM (Henrique Seabra); Formiga Luminosa Construtora de Imagem / Paula Matos dos Santos.

Redação Paula Matos dos Santos e autores dos artigos assinados.

Design Formiga Luminosa Construtora de Imagem

Impressão GIO

Distribuição Rede Rural Nacional

Fotografias Autores dos artigos assinados; promotores de iniciativas: Hortivolátil; Hortivolátil; Pysalusa: Luís Manso; Maravilhas Soltas: Frutas Classe; Canteiro da Luz: Joaquim Alberto Carrapato; Quinta Branquinho: Pedro Mogo; Biobeirão: Paula Matos dos Santos.

ISSN 2182-8172

Depósito Legal

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião da Rede Rural Nacional e do Conselho Editorial desta revista.

Distribuição Gratuita

em Rede

O Papel dos Jovens Agricultores na Sustentabilidade da Agricultura



● Maria José Ilhéu

Técnica Superior da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

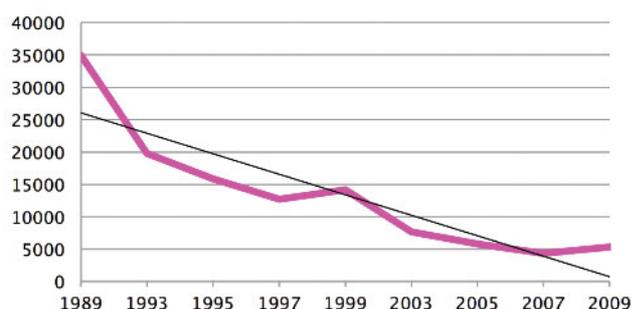
O rejuvenescimento do tecido social é uma condição indispensável para a sustentabilidade do setor agrícola, no pressuposto de que a maior competência técnica e capacidade empresarial dos jovens agricultores proporcionam a introdução de novas práticas agrícolas e de gestão com os consequentes reflexos na melhoria dos níveis de produtividade e capacidade competitiva do setor agrícola e como forma de contrariar o envelhecimento dos produtores agrícolas e assegurar, a prazo, a produção de alimentos.

A instalação de jovens agricultores é ainda um fator importante na dinamização das zonas rurais, ao promover a criação de novos produtos e serviços a partir dos recursos agrícolas e ambientais disponíveis nestas zonas e crescentemente valorizados pelo mercado.

Em Portugal, esta sustentabilidade não se encontra assegurada, na medida em que a renovação geracional dos agricultores portugueses se tem vindo a deteriorar de forma continuada, particularmente nos últimos 15 anos. Entre 1989 e 2009, o número de jovens agricultores em Portugal Continental passou aproximadamente de 35 para 5,3 mil, equivalendo ao decréscimo médio anual de -4,2%.

O decréscimo foi contínuo e acentuado, atingindo o valor mínimo no final do período (Figura 1).

Figura 1
Produtores Singulares com < 35 anos

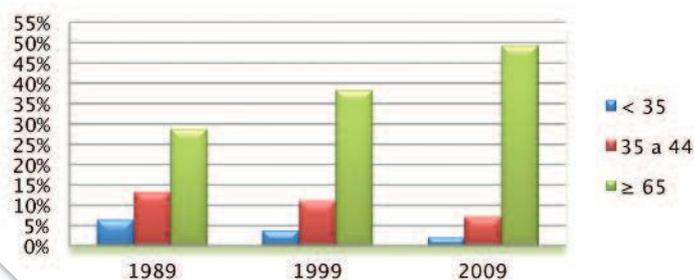


Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

Este decréscimo foi acompanhado pela diminuição de apenas -0,8% ao ano dos agricultores de 65 e mais anos o que veio alterar a estrutura etária dos agricultores do Continente (Figura 2).

Em 2009, os jovens agricultores eram apenas 2% dos produtores singulares e 50% dos agricultores tinha 65 e mais anos.

Figura 2
Produtores Singulares por Grupo Etário

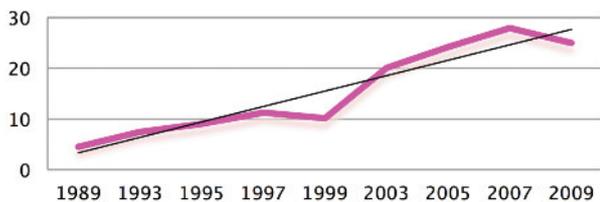


Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

Esta é a situação mais severa de todos os países que compoem a UE-27, onde, em 2010, em termos médios, os jovens representavam 7,5% do número de agricultores e cerca de um terço tinha idade igual ou superior a 65 anos. O índice de envelhecimento dos agricultores portugueses permite avaliar

de forma mais precisa esta questão. Em 1989, a relação agricultores de 65 e mais anos/agricultores de menos de 35 anos era de 4 para 1, vinte anos depois, existiam 25 produtores de 65 e mais anos para cada jovem agricultor (Figura 3).

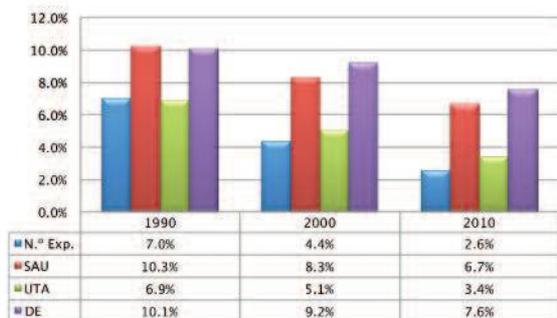
Figura 3
Índice de Envelhecimento dos Produtores Singulares



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

Associada à redução do número de explorações, verificou-se simultaneamente a perda do peso relativo dos jovens agricultores noutras variáveis-chave (Figura 4)¹. Esta redução é, no entanto, menos que proporcional, significando que a entrada de jovens no setor agrícola foi acompanhada por um aumento da dimensão física e económica das explorações e de níveis de produtividade superiores à média.

Figura 4
Importância dos Jovens Agricultores a Nível Nacional



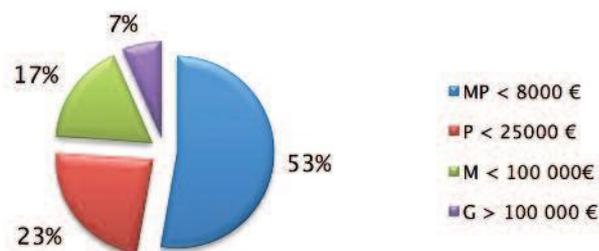
Fonte: EUROSTAT, Farm structure survey

Efetivamente, a dimensão física média das explorações geridas por jovens agricultores aumentou 76% entre 2000 e 2010, passando de cerca de 18 para 31 ha, enquanto a nível nacional este aumento foi de 30%, de 9 para 12 ha. A dimensão económica média aumentou 60% entre 2000 e 2007, passando de cerca de 13 para 21 UDE², o que compara com a média nacional que nestes sete anos apenas cresceu 3%, de 6,4 para 6,6 UDE. Estas disparidades resultam da disponibilidade e intensidade da utilização

dos recursos que, por sua vez, se refletem na produtividade do trabalho e na dimensão económica da exploração.

Apesar desta evolução positiva, em 2009, três quartos das explorações agrícolas eram de muito pequena e pequena dimensão económica e, conseqüentemente, a fração das médias e grandes explorações representavam menos de um quarto do número de explorações (Figura 5).

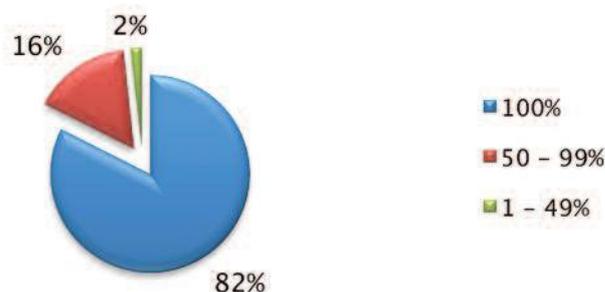
Figura 5
Produtores Singulares < 35 anos
por Classes de Dimensão Económica
2009



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

Do total de 5327 jovens agricultores singulares recenseados em 2009, 4394 (82%) obtinha o seu rendimento exclusivamente da atividade agropecuária e para 16% mais de metade do rendimento tinha origem nesta atividade (Figura 6). A segunda fonte de rendimento para 16% dos produtores foi a atividade florestal e apenas 3% obteve rendimento de outras atividades. Esta informação indica que a generalidade dos jovens agricultores exerce a atividade agrícola e florestal em exclusividade, tendo a diversificação das atividades dentro e fora da exploração uma expressão residual.

Figura 6
Produtores Singulares < 35 anos
Segundo a % do Rendimento Proveniente da Atividade Agropecuária
2009



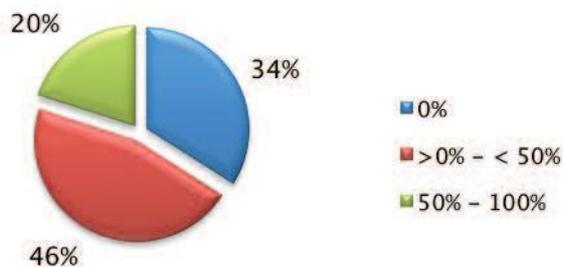
Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

¹ Dados referentes a Portugal.

² A DE média das explorações dos jovens agricultores cresceu 13% entre 2005 e 2010, passando de 39,7 mil euros para 44,8 mil euros, calculada pela metodologia atual, através o valor da produção padrão total (VPT), expressa em euros. O VPT corresponde ao valor médio (cinco anos) da produção agrícola de dada região, valorizada aos preços à porta da exploração, sem dedução dos custos específicos das produções nem inclusão de subsídios.

O elevado número de explorações de pequena dimensão, associado ao facto da atividade agrícola e florestal ser a única fonte de rendimento para a generalidade dos jovens agricultores, justifica que os subsídios tivessem tido um papel importante na formação do rendimento. Dois terços dos jovens agricultores dependeram deles, em maior ou menor grau, como fonte principal (20%) ou secundária (46%) do respetivo rendimento (Figura 7).

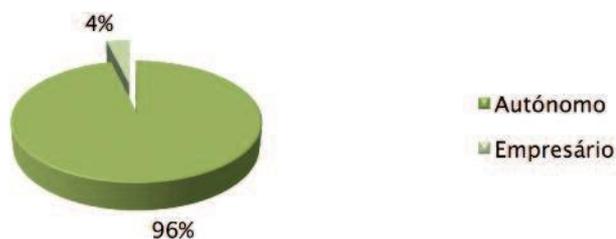
Figura 7
Produtores Singulares < 35 anos
Segundo a Importância dos Subsídios
2009



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

As explorações geridas por jovens agricultores tinham, na quase totalidade, natureza familiar, situação que se acentuou entre 1989 e 2009 (Figura 8) e se aproxima do que se verifica para a generalidade dos produtores singulares. Esta questão remete para a importância da transmissão geracional das explorações familiares na entrada dos jovens agricultores na atividade agrícola, situação que ficou bem evidenciada nos resultados do inquérito feito aos beneficiários do apoio à primeira instalação pelo programa AGRO, realizado no âmbito do Estudo de Atualização Avaliação Intercalar³ e confirmado mais recentemente no estudo da AJAP realizado em parceria com o GPP⁴.

Figura 8
Produtores Singulares < 35 anos Segundo a Natureza Jurídica
2009

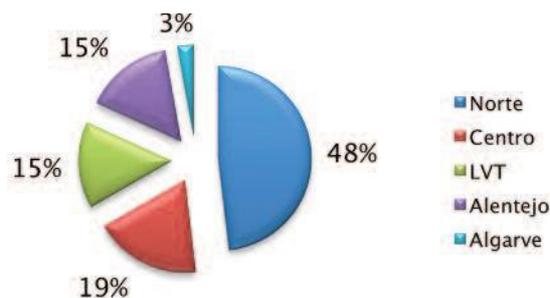


Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

Os jovens agricultores eram, em 2009, maioritariamente homens (70%), valor que se tem mantido estável ao longo destes 20 anos, ao contrário da generalidade dos agricultores singulares onde o aumento do peso das mulheres se fez de forma mais gradual, passando de 15%, em 1989, para 30% no final do período em análise.

A análise da distribuição dos jovens agricultores por NUTS II mostra que esta não se fazia de forma uniforme (Figura 9).

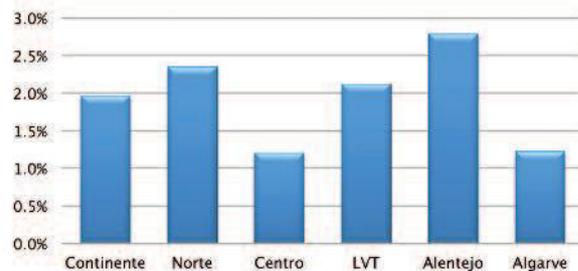
Figura 9
Distribuição dos Jovens Agricultores por Região
2009



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

Cerca de metade encontrava-se no Norte, com destaque para Trás-os-Montes e Tâmega. No Centro, os valores são baixos e dispersos, com alguma expressão nas NUTS III de Dão-Lafões e Beira Interior Norte. Em LVT, destacam-se as NUTS III do Oeste e Lezíria do Tejo. No Alentejo, a situação geral é mais favorável, sobressaindo o Baixo Alentejo com 6% do total. Ao analisar o peso relativo dos jovens agricultores relativamente ao conjunto dos produtores singulares de cada região (Figura 10), o que ressalta é a situação extrema e generalizada que se observava no vasto território da Região Centro, onde apenas 1% dos produtores eram jovens. As regiões do Alentejo e do Norte apresentavam valores igualmente baixos, mas um pouco acima da média.

Figura 10
Peso Relativo dos Jovens Agricultores no Continente e Regiões
2009



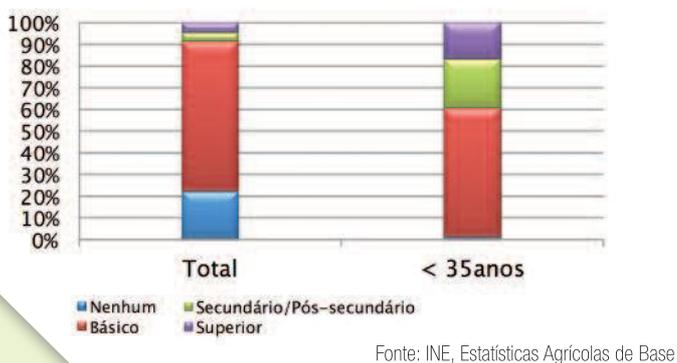
Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas de Base

³ Estudo de Actualização Avaliação Intercalar Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural. Relatório Final. INA, ICADR, 177p. + Anexos. Disponível em http://www.gpp.pt/drural/Avaiacao_FEOGA.html

⁴ A Instalação de Jovens Agricultores: fatores que determinam o sucesso. AJAP, GPP. AJAP, 2012. 103p.

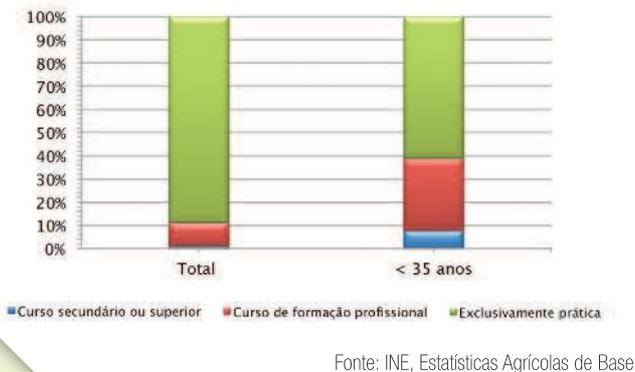
Apesar da situação geral ser bastante desfavorável, importa, no entanto, evidenciar algumas vantagens que apresentam os jovens agricultores em vários domínios-chave, nomeadamente quanto ao grau de preparação, quer no que se refere ao nível de escolaridade, quer quanto à formação agrícola. Relativamente ao primeiro aspeto, todos os jovens agricultores concluíram o ensino básico e 40% o ensino secundário, pós-secundário ou superior, o que compara com a média, em que 22% não possuía nenhum nível de escolaridade e apenas 9% estava preparado com um curso secundário, pós-secundário ou superior (Figura 11).

Figura 11
Produtores Singulares Segundo o Nível de Escolaridade 2009



No que diz respeito à formação agrícola, é possível constatar que a experiência prática continuou a ser o meio de formação agrícola para 61% dos jovens agricultores. No entanto, 39% obteve formação específica através de curso de formação profissional (31%) ou curso secundário ou superior agrícola (8%), enquanto aproximadamente 90% do conjunto dos agricultores apenas tinha formação agrícola exclusivamente prática (Figura 12).

Figura 12
Produtores Singulares Segundo a Formação Agrícola 2009



Para além de mais bem preparados, os jovens agricultores são mais eficientes, alcançando níveis de desempenho empresarial superiores à

média e muito superior aos produtores de 65 e mais anos (Figuras 13 e 14). Em 2010, a dimensão económica média das explorações dos jovens agricultores era cerca de duas vezes superior à média, resultante dos maiores níveis de produtividade do trabalho (VPT/UTA 120% acima da média) associados a maiores níveis de capitalização, nomeadamente terra (SAU/UTA/EXP cerca de 100% e 160% acima da média) e, em menor grau, da utilização de mais volume de trabalho (UTA/EXP 34% acima da média). É igualmente possível verificar que os jovens agricultores são progressivamente mais eficientes e contribuem para a criação de emprego⁵. Os produtores de idade igual e superior a 65 anos, que representavam, na mesma data, aproximadamente 50% dos produtores singulares do Continente, apresentavam uma utilização muito menos eficiente dos recursos disponíveis. Dispondo de um volume de trabalho ligeiramente abaixo da média (UTA/EXP 1,1 e 1,2) a respetiva dimensão económica era 50% abaixo da média nacional, em consequência do baixo nível de produtividade do trabalho (VPT/UTA 50% abaixo da média) e de capitalização (SAU/UTA/EXP cerca de 30% e 40% abaixo da média) divergindo progressivamente das médias nacionais e dos níveis de desempenho dos jovens agricultores.

Figura 13
Caracterização das Explorações Agrícolas dos Produtores de < 35 e ≥ 65 anos 2000

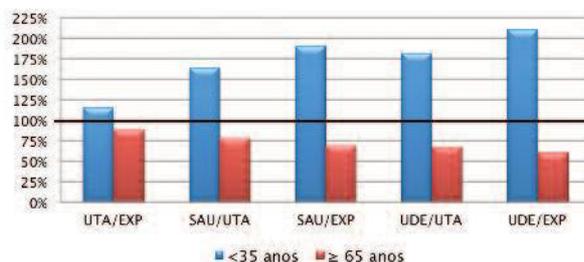
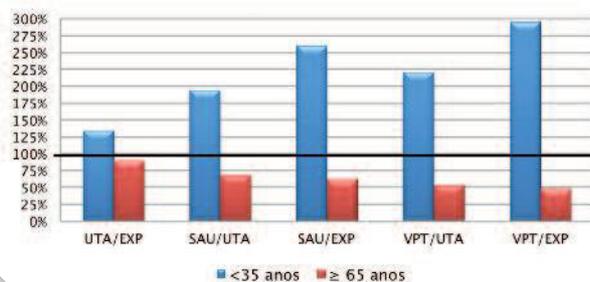


Figura 14
Caracterização das Explorações Agrícolas dos Produtores de < 35 e ≥ 65 anos 2010



⁵ Jovens Agricultores – 1990:1,4; 2000:1,5; 2010:1,6 UTA/EXP. Média nacional – 1990:1,4; 2000:1,3; 2010:1,2 UTA/EXP.

Medidas de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores no Continente

O reconhecimento do papel incontornável que os jovens agricultores potencialmente podem desempenhar no rejuvenescimento dos ativos agrícolas e na modernização do setor agrícola, levou à criação, no âmbito da PAC, de medidas de política de incentivo à instalação de jovens agricultores⁶. Estas medidas datam do início dos anos 80 do século XX e têm beneficiado os jovens agricultores portugueses desde a fase de pré-adesão de Portugal à União Europeia.

O “regime de instalação do jovem agricultor” foi instituído em 1979 com a publicação do Decreto-Lei n.º 513-E/79⁷.

Após a adesão, foram aplicadas, em Portugal, as medidas socio-estruturais criadas pela Comunidade em 1985, nomeadamente as relativas à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, estabelecidas no Regulamento (CEE) N.º 797/85, que previa uma medida dirigida à instalação de jovens agricultores, articulada com o apoio ao investimento nas explorações agrícolas. A aplicação desta legislação foi regulamentada através do Decreto-Lei n.º 172-G/86.

A ajuda consistia na atribuição de um prémio à primeira instalação acrescido de um subsídio para despesas de instalação (habitação rural própria) e de uma ajuda suplementar ao investimento sob a forma de uma taxa de cofinanciamento adicional nos investimentos realizados por jovens agricultores instalados há menos de cinco anos.

Para poder beneficiar das ajudas à primeira instalação, o jovem deveria preencher os seguintes requisitos:

- Ter mais de 18 anos e menos de 40;
- Instalar-se pela primeira vez na agricultura;
- Ser agricultor a título principal;
- Ter qualificação profissional adequada;
- Ser titular de uma exploração agrícola que empregasse, no mínimo, uma UTA;
- Exercer a atividade agrícola na exploração por um período mínimo de cinco anos;
- Apresentar um plano de exploração que assegurasse a viabilidade económica da exploração;
- Introduzir um sistema de contabilidade simplificada.

O regime era aplicável às pessoas coletivas cujos associados fossem jovens agricultores.

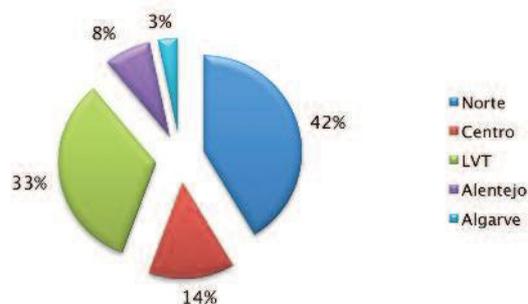
A ajuda suplementar ao investimento equivalia a um acréscimo em 25 pontos percentuais na taxa de cofinanciamento, sendo concedida aos jovens que, preenchendo estes requisitos, apresentassem um projeto de investimento dentro de cinco anos, após a primeira instalação.

No período que mediou entre setembro de 1986 e dezembro de 1995, foram aprovadas 11958 candidaturas à primeira instalação de jovens agricultores em Portugal Continental, equivalendo à média anual de aproximadamente 1300 candidaturas.

O número de aprovações representou 2,2% do número de explorações recenseadas em 1989 e 11,2% do número de explorações de produtores singulares com idade inferior a 45 anos⁸.

Cerca de 75% das instalações tiveram lugar nas Regiões Norte e LVT. Na primeira, a adesão à medida repartiu-se entre Trás-os-Montes (18%) e Entre Douro e Minho (23%). No caso da Região de LVT, um quarto do número total de instalações ocorreu nas NUTS III do Oeste e Lezíria do Tejo. O interior Centro e o Alentejo registaram fraca adesão à medida (Figura 15).

Figura 15
Instalação de Jovens Agricultores por Região
set.1986 / dez.1995



Fonte: IFADAP, REG.(CEE) 797/85 e 2328/91-Dados Estatísticos,1996

Cada beneficiário recebeu em média o prémio de cerca de 9 mil euros/euros, equivalente a 22 mil euros a preços de 2013⁹.

- Em 1994, foi aprovado o Programa Operacional de Modernização do Tecido Económico, no âmbito do QCA II (1994-1999). Este programa incluiu uma intervenção operacional para o setor agrícola – **Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal – PAMAF**¹⁰, que integrou a ação “Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas”, regulamentada pela Portaria n.º 809-B/94, substituída pela Portaria n.º 980/95. O diploma refletiu as alterações que progressivamente foram introduzidas na legislação comunitária, consolidadas no Regulamento (CEE) n.º 2328/91¹¹. Relativamente ao apoio à instalação de jovens agricultores, releva-se a atualização do valor das ajudas à primeira instalação e a majoração do prémio para os beneficiários que apresentassem projeto de investimento, dando, neste caso,

⁶ O conceito estatístico de jovem agricultor utilizado pelo EUROSTAT difere do aplicado pelas medidas de políticas inseridas na PAC. Neste caso, jovem agricultor é o produtor agrícola com idade entre os 18 e os 40 anos.

⁷ Ratificado com alterações pela Lei n.º 42/80.

⁸ Considerando os estratos etários utilizados pelas fontes estatísticas, tomou-se como referência o universo dos produtores com idade inferior a 45 anos.

⁹ Índice de correção monetária – IPC.

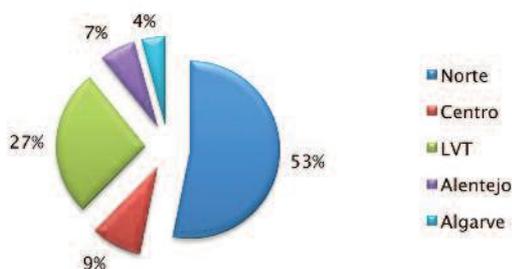
¹⁰ Criado através do Decreto-Lei n.º 150/94.

¹¹ Parcialmente transpostas para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 81/91.

continuidade às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 81/91. Durante o período ativo do programa (1994-1999) foram aprovadas 4861 candidaturas de instalação de jovens agricultores, concretizando-se 4734 projetos de instalação, equivalente a uma média de 789/ano, valor abaixo da meta programada de 1000 instalações/ano.

O padrão de repartição regional manteve-se: 80% das instalações localizaram-se nos territórios das Regiões Norte e LVT, acentuando-se o contributo da primeira com 53% das instalações (Figura 16).

Figura 16
Instalação de Jovens Agricultores por Região
1994-1999



Fonte: IFADAP, PAMAF MEDIDA 2 – Apoio às Explorações Agrícolas. Projetos Aprovados 01.01.94 a 31.12.99

Cada beneficiário recebeu em média 13,1 mil euros de prémio de instalação, valor equivalente a aproximadamente 21 mil euros a preços de 2013¹³. A análise dos projetos de investimento promovidos por jovens agricultores, no âmbito da Ação “Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas” do PAMAF, permite concluir que a repartição regional do número de projetos e do investimento acompanha a da instalação de jovens agricultores. As Regiões do Norte e LVT registaram 77% do número de projetos e 73% do investimento. Estes projetos representaram 37% do número total de projetos e 44% do investimento. Os valores globais não refletem a grande disparidade regional relativamente ao papel que tiveram os projetos promovidos pelos jovens agricultores na execução da Ação, durante este período (Figura 17). Salienta-se o caso da Região Norte e LVT onde representaram respetivamente 64% e 42% do investimento realizado nestas regiões.

Figura 17
Importância dos Projetos de Investimento
de Jovens Agricultores por Região
1994-1999



Fonte: IFADAP, PAMAF MEDIDA 2 – Apoio às Explorações Agrícolas. Projetos Aprovados 01.01.94 a 31.12.99

- A publicação do Regulamento (CE) N.º 1257/99, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural, instituiu o primeiro instrumento da política comum de desenvolvimento rural, reunindo num diploma a legislação específica em vários domínios, nomeadamente a relativa à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas¹³.

Em Portugal, esta política foi executada no âmbito do QCA III (2000-2006) que integrou o **Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural – AGRO**. A medida “Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas”, regulamentada pela Portaria n.º 533-B/2000, incluiu uma ação de apoio à instalação de jovens agricultores.

Este diploma introduziu algumas alterações nas condições de acesso e critérios de atribuição das ajudas, decorrentes da legislação comunitária e de opções nacionais, nomeadamente nos critérios de avaliação da viabilidade económica da exploração, a obrigatoriedade de cumprimento das normas mínimas comunitárias em matéria ambiental, de higiene e bem-estar animal e a introdução de taxas de cofinanciamento do investimento diferenciadas por tipo de investimento e região¹⁴.

A regulamentação da ação foi ajustada a meio do período de programação através da Portaria n.º 811/2004. A revisão incorporou alterações sugeridas em sede de avaliação intercalar, no sentido de melhorar as taxas de execução da ação que se mantinham abaixo das metas programadas. Estas alterações traduziram-se no reforço das taxas de cofinanciamento do investimento e no alargamento do universo dos beneficiários com a concessão de ajudas à primeira instalação a jovens agricultores a tempo parcial, quando titulares de explorações situadas em zona desfavorecida. Apesar do reforço dos incentivos, não se conseguiu reverter a situação. As aprovações em número de 4374 ficaram aquém da meta das 5500 a 6000 explorações que se previram vir a beneficiar. A taxa de desistência foi baixa, traduzindo-se na execução de 4191 projetos, equivalente a uma média de cerca de 600/ano, valor abaixo das médias registadas nos períodos anteriores.

Os resultados alcançados foram parcialmente influenciados por restrições orçamentais, particularmente sentidas na Região de LVT com a suspensão das candidaturas e consequente diminuição do número de instalações, face aos períodos anteriores.

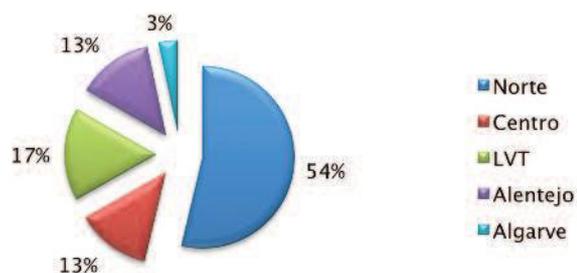
Apesar deste constrangimento, esta região contribuiu com 17% para o número total de instalações, assegurando, em conjunto com a Região Norte, cerca de 70% das instalações (Figura 18).

¹² Índice de correção monetária – IPC.

¹³ Enquadrada pelo Regulamento (CE) N.º 950/97 que substituiu o Regulamento (CEE) n.º 2328/91.

¹⁴ Substituindo a taxa adicional única de 25 pontos percentuais em vigor desde 1986.

Figura 18
Instalação de Jovens Agricultores por Região
 2000-2006



Fonte: AG POADR, Relatório Final de Execução AGRO, 2010

Metade dos beneficiários concentrou-se no escalão etário dos 30 a 40 anos e 70% eram homens, exceto na Região Norte, onde se verificou um equilíbrio entre os dois sexos.

O valor médio das ajudas à instalação foi de cerca de 21,5 mil euros¹⁵, acrescido do subsídio ao investimento para 85% dos beneficiários que apresentaram simultaneamente um projeto de investimento.

Os projetos de investimento foram maioritariamente orientados para OTE especializadas em culturas permanentes¹⁶, hortícolas e herbívoros (76% do total de projetos).

75% dos jovens com projeto de investimento instalou-se a tempo completo na exploração.

Os resultados do inquérito realizado a uma amostra de beneficiários com projetos concluídos, no âmbito do Estudo de Atualização Avaliação Intercalar¹⁷, mostraram que parte importante das instalações tiveram lugar dentro do círculo familiar do jovem agricultor e corresponderam a estratégias de transmissão/modernização das explorações agrícolas familiares.

- O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) estabeleceu o quadro de referência da política comum de desenvolvimento rural para o período de programação de 2007-2013.

O apoio à instalação de jovens agricultores foi inserido no conjunto das medidas destinadas a melhorar o potencial humano do setor agrícola, enquanto fator determinante para atingir o objetivo estratégico de aumentar a respetiva competitividade.

Em Portugal Continental, a ação “Instalação de jovens Agricultores” foi integrada na medida “Inovação e desenvolvimento empresarial” do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 – PRODER**, regulamentada pela Portaria n.º 357-A/2008¹⁸.

Esta legislação introduziu alterações assinaláveis no regime de apoio à instalação de jovens agricultores.

Os agricultores a tempo parcial passam a ser beneficiários da ação. É suprimido o requisito da utilização do volume de trabalho mínimo de uma UTA.

Aumentou a exigência e complexidade das habilitações literárias e qualificações

profissionais requeridas, bem como dos critérios de aferição da viabilidade económica da exploração.

O prémio à primeira instalação foi reforçado, passando a ter o valor fixo de 40 mil euros e suprimiu-se a comparticipação nas despesas de instalação.

Os projetos de investimento associados à primeira instalação mantiveram taxas de cofinanciamento majoradas, mas o diferencial foi substancialmente diminuído e alteraram-se os critérios de atribuição desta majoração.

Os projetos de investimento apresentados por jovens agricultores já instalados foram equiparados aos dos restantes beneficiários, para efeitos da aplicação da Portaria n.º 289-A/2008, beneficiando de taxas adicionais em situações muito específicas.

A regulamentação da ação foi substancialmente alterada pela Portaria n.º 184/2011. Esta legislação veio restringir a atribuição do prémio à primeira instalação aos candidatos portadores de um projeto de investimento. Este projeto passou a poder abranger pequenos investimentos de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas obtidos na exploração.

A forma e valor das ajudas passaram a ser estabelecidos nos anúncios de abertura de candidaturas. O prémio à primeira instalação, de valor variável, é equivalente a 40% do investimento do plano empresarial, com o teto máximo de 30 mil euros para as pessoas singulares, valor abaixo do atribuído até ao início de 2011.

A taxa suplementar de cofinanciamento do investimento foi reforçada e majorada para o investimento em zona desfavorecida.

Até final de 2013, entraram cerca de 10 mil pedidos de apoio à instalação de jovens agricultores, 7471 obtiveram aprovação e foram celebrados 7330 contratos. O número de aprovações/contratações tem oscilado anualmente entre as 1500 a 2000, registando-se uma quebra em 2011 decorrente do ajustamento introduzido na regulamentação da ação (Figura 19).

Embora se tratem de valores parciais, uma vez que o Programa ainda se encontra em execução, pode desde já concluir-se que a meta programada de 5000 instalações foi ultrapassada em cerca de 50% e equivale a um acréscimo de 75% relativamente ao número de instalações apoiadas pelo programa AGRO.

Comparativamente ao universo das explorações recenseadas pelo RA de 2009, o número de PA contratados representa apenas 2,6% do total. No entanto, se se tomar como referência as explorações dos produtores singulares com idade abaixo dos 45 anos, então este valor eleva-se a 30%. A região Norte continua a liderar o número de primeiras instalações, contribuindo com 47% dos PA contratados entre 2008 e 2013. No entanto, o padrão de repartição regional alterou-se, com o aumento assinalável de

¹⁵ Equivalente a 26,9 mil euros a preços de 2013, atualizado pelo IPC.

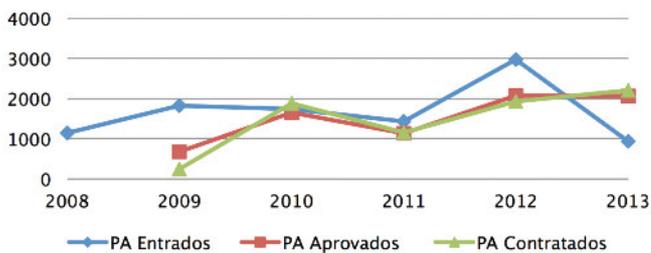
¹⁶ Sobretudo frutícolas e olival. A vinha beneficiou do programa específico VITIS.

¹⁷ Estudo de Atualização Avaliação Intercalar Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural. Relatório Final. INA, ICADR, 177p. + Anexos. Disponível em http://www.gpp.pt/drural/Avaliacao_FEOGA.html

¹⁸ Articulada com a ação n.º 1.1.1, «Modernização e capacitação das empresas», regulamentada pela Portaria n.º 289-A/2008.

¹⁹ Integra a republicação da Portaria n.º 357-A/2008.

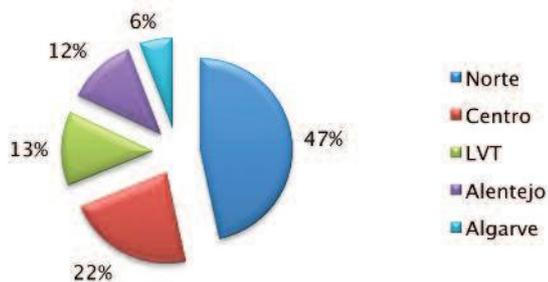
Figura 19
Instalação de Jovens Agricultores PRODER
2008-2013



Fonte: AG PRODER, Relatórios de Execução do PRODER

instalações na Região Centro e a perda de peso relativo da Região de LVT (Figura 20). A análise por NUTS III²⁰ permite concluir que um número considerável de instalações teve lugar em regiões de maior ruralidade, predominantemente localizadas no interior, de onde sobressaem as manchas territoriais do Tâmega, Dão-Lafões e Trás-os-Montes (43% dos PA, um terço dos quais na última região), Oeste e Lezíria do Tejo (10%), Alentejo interior (11%) e Algarve (6%).

Figura 20
Instalação de Jovens Agricultores por Região
2008-2013



Fonte: AG PRODER, Relatório de Execução do PRODER de 2013

A ajuda à primeira instalação registou um aumento relativamente aos períodos precedentes. O valor médio do prémio foi de 33,4 mil euros, com pequena variação entre Regiões.

Do ponto de vista sociográfico, os beneficiários têm uma média de idade de 30 anos, 60% são do sexo masculino, 65% tem frequência do ensino secundário e os restantes têm habilitações literárias de nível pós-secundário e superior. No entanto, só cerca de 20% tinha formação agrícola específica, à data da candidatura, embora 60% tivesse mais de três anos de experiência na atividade agrícola, o que confirma que muitos processos de instalação se enquadram nas estratégias de transmissão e modernização das explorações agrícolas familiares.

Do ponto de vista empresarial, 82% dos jovens agricultores instalaram-se na forma jurídica de pessoa singular e, destes, 80% exerce a atividade na exploração a tempo completo.

²⁰ Os Jovens Agricultores no PRODER – alguns indicadores. AG do PRODER, maio de 2013. 32p.

As explorações agrícolas têm uma dimensão física superior aos valores médios da respetiva região de implantação, tendo em média 21,3 ha de SAU, cerca do dobro do valor médio para o Continente, em 2009. O maior diferencial regista-se na Região Centro, onde a SAU por exploração é tripla da média regional.

Os planos empresariais revelam um elevado grau de especialização produtiva, com destaque nas OTE fruticultura (um terço dos PA), horticultura e floricultura (18% dos PA) e viticultura (10% dos PA).

A grande maioria (79%) dos PA contratados está associada a um projeto de investimento na exploração agrícola. Esta situação alterou-se a partir de meados de 2011, com a aplicação da nova regulamentação, que tornou obrigatória a apresentação simultânea de um projeto de investimento com o pedido de apoio à primeira instalação. Antes desta data, apenas 55% dos contratos celebrados apresentaram um projeto à ação "Modernização e Capacitação das Empresas", sendo esta diferença mais acentuada nas Regiões Norte (42%) e Alentejo (54%).

O investimento médio por projeto foi de 151 mil euros, variando entre os 135 mil euros na Região Norte e os 171 mil euros nas Regiões de LVT e Alentejo. A taxa de cofinanciamento foi em média de cerca de 59%, com o valor mínimo nas Regiões de LVT e Alentejo, (55%) e máximo no Norte (61%) e Centro (59%).

A análise dos projetos de investimento promovidos pelo universo dos jovens agricultores (em instalação e estabelecidos) mostra que estes tiveram um papel importante no esfoço de modernização das explorações agrícolas, na medida em que lhes coube a iniciativa de 73% do número de projetos e 51% do investimento (Figura 21). As Regiões Norte, Centro e Algarve apresentam valores acima da média, destacando-se a primeira, onde os projetos dos jovens agricultores representaram perto 90% do número de projetos e 75% do investimento realizado nesta Região.

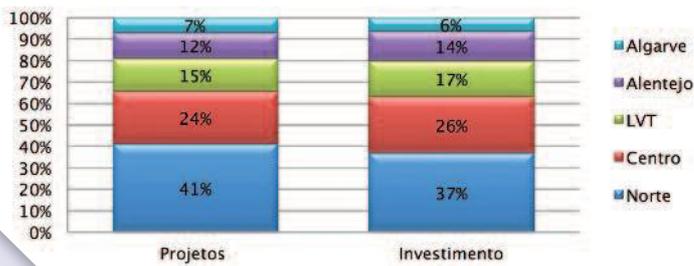
O contributo das Regiões Norte e Centro para a execução dos projetos de investimento apoiados pelo PRODER é reforçado pelo facto de 65% dos projetos e 63% do investimento promovido por jovens agricultores se terem localizado nestas duas Regiões (Figura 22).

Figura 21
Importância dos Projetos de Investimento
de Jovens Agricultores por Região
2008-2013



Fonte: AG PRODER

Figura 22
 Repartição dos Projetos de Investimento
 de Jovens Agricultores por Região
 2008-2013



Fonte: AG PRODER

- O Regulamento (UE) n.º 1305/2013 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) para o período 2014-2020 reforça as medidas de apoio à instalação de jovens agricultores e de adaptação estrutural das explorações após a instalação. Os jovens agricultores são beneficiários de um prémio à primeira instalação no montante máximo de 70 mil euros, de taxas de apoio ao investimento aumentadas em 20 pontos percentuais adicionais e de um apoio suplementar nos custos com a compra de terra.

Os apoios suplementares ao investimento são extensíveis para os jovens agricultores que se instalaram durante os cinco anos precedentes ao pedido de apoio.

O Regulamento prevê a possibilidade da criação de um subprograma temático para os jovens agricultores, composto por um conjunto articulado de medidas, beneficiando, para o efeito, de 10 pontos percentuais adicionais na taxa de apoio ao investimento.

A medida “Valorização da Produção Agrícola” do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 – PDR 2020** integra as ações “Jovens agricultores” e “Investimento na exploração agrícola”, que, de forma articulada, dão continuidade ao regime de apoio aos jovens agricultores em primeira instalação e aos investimentos por eles promovidos. A ação “Jovens agricultores” mantém a opção atual do pedido de apoio à primeira instalação associar obrigatoriamente a realização de investimento na exploração, enquadrado no Plano Empresarial, sujeito a um valor mínimo. O prémio à instalação é majorado pela adesão a uma Organização de Produtores e pelo nível de investimento, passando a ser pago de forma faseada. Os projetos de investimento realizados pelos jovens no âmbito da ação “Investimento na exploração agrícola” beneficiam de 10 pontos percentuais adicionais de taxa de cofinanciamento.

As condições de acesso e compromissos dos beneficiários permanecem basicamente inalterados, face à legislação atualmente em vigor.

Conclusão

A análise da legislação que enquadrou o apoio à instalação de jovens agricultores, nos últimos 34 anos, permite concluir que a arquitetura da medida se manteve estável ao longo do tempo no referente ao tipo de ajudas, principais condições de acesso e compromissos dos beneficiários. As alterações introduzidas foram no sentido de, por um lado, alargar o universo dos beneficiários, incluindo os agricultores a tempo parcial e as explorações que requerem um volume de trabalho inferior a uma UTA e, por outro, assegurar a sustentabilidade dos projetos, através do aumento do grau de exigência quanto às competências profissionais dos beneficiários e à viabilidade económica das explorações, centrando o apoio preferencialmente nos candidatos à primeira instalação portadores de projetos de modernização das explorações.

Entre 1986 e 2013 ter-se-ão instalado cerca de 26,5 a 27 mil jovens agricultores²³, 39% dos quais no período pós-adesão (1986/1993), 33% durante os 13 anos de vigência dos programas PAMAF e AGRO (1994/2006) e os restantes 28% com apoio do programa PRODER.

Mais de 70% das instalações localizaram-se nas Regiões Norte (47%) e LVT (25%). O padrão de distribuição regional alterou-se no atual período de programação, com a perda de peso da Região de LVT e o aumento assinalável de instalações na Região Centro.

O regime de apoio à instalação de jovens agricultores, em vigor há mais de três décadas, não conseguiu inverter a tendência de queda contínua e acentuada do número de jovens agricultores: -4,2% e -3,9% ao ano, entre 1989 e 2009, respetivamente para os agricultores com idades inferiores a 35 e 45 anos.

A (re)descoberta do setor agroalimentar pelos jovens e neorurais, impulsionada pelo fecho do mercado de trabalho e pelo reconhecimento social da atividade e valorização económica de novas fileiras e produtos poderão vir a contribuir para minorar o problema.

A crescente procura de pedidos de apoio para a instalação de jovens agricultores e projetos de investimento nas explorações agrícolas são indício desta dinâmica.

²¹ Valor obtido a partir da estimativa do número de desistências no período 1986/1993 e da eliminação dos valores duplicados do número de instalações para os anos de 1994 e 1995, registados nas publicações do IFADAP.

A instalação de Jovens Agricultores em França

● Maria José Ilhéu

Técnica Superior da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

A Política de Instalação

1 A criação do regime de apoio à instalação de jovens agricultores em França inscreveu-se na política de modernização e profissionalização das explorações agrícolas lançada pelas *Loi d'Orientation Agricole* (LOA) de 1960 e 1962. O objetivo era o de atingir a autossuficiência alimentar por via de um modelo de exploração de tipo familiar com duas UTA e capaz de pôr em prática técnicas modernas de produção.

As primeiras medidas foram destinadas a permitir a libertação da terra para a instalação de jovens agricultores, favorecendo a cessação de atividade dos agricultores de mais de 60 anos, através da atribuição da *l'indemnité viagère de départ*¹ (IVD).

O dispositivo de ajuda à instalação foi instituído em 1973 com a criação da *Dotation Jeune Agriculteur*² (DJA), beneficiando os jovens de menos de 35 anos que possuíssem a capacidade profissional exigida e atingissem, no prazo de cinco anos, pelo menos a superfície mínima de instalação (SMI). A política de instalação nos anos oitenta foi direcionada no sentido de melhorar a viabilidade económica dos projetos e a capacidade profissional dos jovens agricultores, reforçando o grau de exigências na atribuição das ajudas: *Stage préparatoire à l'installation*³ (SPI, 40 horas); *Étude Prévisionnelle à l'Installation*⁴ (EPI), *Brevet professionnel agricole* (BPA) ou *Brevet d'études professionnelles agricoles*⁵ (BEPA) obrigatórios.

Em 1992, no âmbito da reforma da PAC, foi criado um novo dispositivo de apoio à reforma antecipada que favoreceu a libertação de terras agrícolas. Simultaneamente a política de instalação foi orientada para o alargamento dos públicos visados pela DJA, promovendo a diversificação dos rendimentos, a pluriatividade e encorajando a instalação de jovens não oriundos do meio agrícola. Os critérios de atribuição das ajudas tornaram-se mais exigentes, particularmente relativamente à capacidade profissional dos beneficiários, passando a ser obrigatória a posse de um diploma de nível IV



(técnico) (*Brevet de technicien agricole* (BTA), *Brevet professionnel*⁶ (BP) ou equivalente) e a realização de um estágio profissional de 6 meses, tutorado por um agricultor com competências reconhecidas.

Em 2009, o percurso e dispositivos de acompanhamento da instalação foram reformulados, particularmente com a introdução do *Plan de Professionnalisation Personnalisée*⁷ (PPP) que permite compatibilizar de forma mais adequada as especificidades do projeto de instalação com as competências profissionais do jovem agricultor ao longo do seu percurso formativo. Hoje em dia, os principais critérios para poder beneficiar das ajudas à primeira instalação são os seguintes:

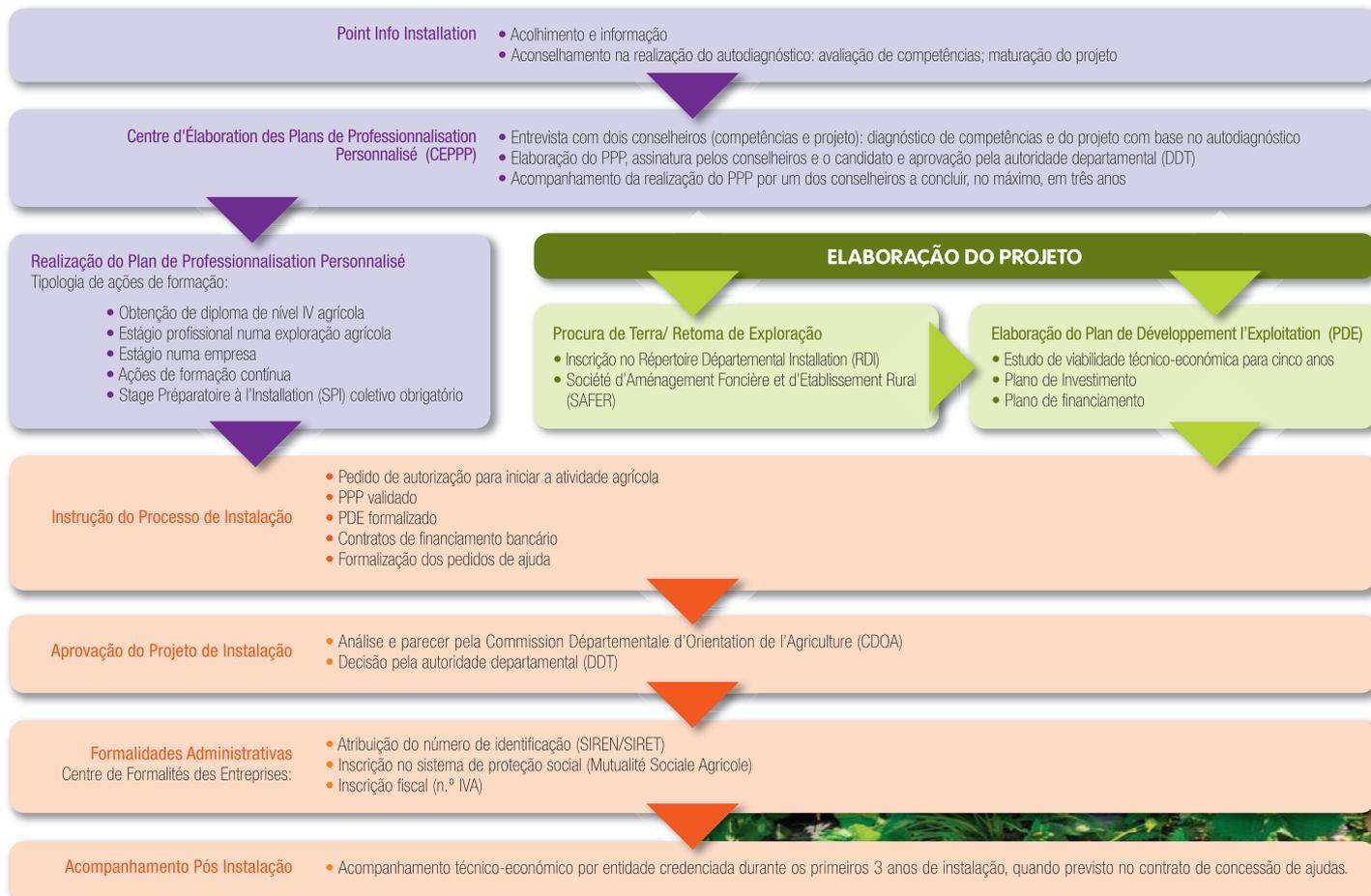
- Possuir capacidade profissional agrícola: no mínimo um diploma agrícola de nível IV (bacharelato);
- Realizar o *Plan de Professionnalisation Personnalisée* (PPP) preconizado e validado;
- Apresentar um *Plan de Développement de l'Exploitation*⁸ (PDE) que permita obter, um rendimento disponível de, pelo menos, um SMIC⁹ líquido, ao fim cinco anos (13 544€ em 01/01/2014)
- Exercer durante cinco anos a profissão de agricultor numa exploração agrícola com, pelo menos, metade da "superfície mínima de instalação"¹⁰ (SMI);
- Ter um acompanhamento técnico-económico durante os três primeiros anos de instalação, quando recomendado.

O Percurso de Instalação

2 O percurso de instalação foi delineado a partir dos anos oitenta e é constituído por um conjunto de etapas e dispositivos de acompanhamento dos jovens agricultores que pretendem beneficiar de ajudas públicas à instalação. O percurso de instalação foi reformulado em 2009. A *Loi d'Orientation Agricole* de 2010 transferiu as missões de serviço público relativas à instalação de jovens agricultores para as *Chambres d'Agriculture*. O diagrama seguinte caracteriza as etapas, dispositivos e principais entidades envolvidas no processo de instalação de jovens agricultores em França.



ETAPAS DO PERCURSO DE INSTALAÇÃO



3

As Ajudas à Instalação

Os jovens agricultores beneficiam de apoios públicos concedidos pela administração central e regional, sob a forma de prémio à instalação, empréstimo a taxa bonificada, deduções fiscais e nas prestações sociais e comparticipação nas despesas de formação, investimento, estudos de mercado, etc. A *Dotation Jeune Agriculteur* (DJA) constitui um prémio à instalação, financiado pelo Estado e pelo FEADER. O prémio é diferenciado segundo o tipo de zona (de planície, desfavorecida, de montanha) e estatuto do jovem agricultor (a título principal (ATP) ou a título secundário (ATS)). O seu valor varia entre 4 mil euros (ATS em zona de planície) a 35,9 mil euros (ATP em zona de montanha). Este valor é acrescido de 500 euros no caso do beneficiário ter acompanhamento técnico-económico pós instalação. Os *prêts moyen terme spéciaux-jeunes agriculteurs* (MTS-JA) são empréstimos a 15 anos a taxas de juro bonificadas (1% em zona desfavorecida e de montanha; 2,5% em zona de planície), concedidos para despesas de investimento, compra de partes sociais e fundo de maneio, no montante máximo de 11,8 mil euros em zona de planície e 22 mil euros nas outras zonas.

Os jovens agricultores beneficiam de uma isenção parcial das contribuições para a *Mutualité Sociale Agricole*¹¹ durante os cinco primeiros anos da sua instalação. A redução é degressiva, variando entre 65% no 1º ano a 15% no 5º, sujeita a plafonamento.

Em matéria fiscal, os jovens agricultores são abrangidos por vários benefícios fiscais: redução do imposto de transmissão da exploração (sucessão e aquisição); abatimento de 50% sobre o lucro tributável durante 5 anos; desagravamento em 50% do imposto sobre a propriedade rústicas durante 5 anos, etc.

Os programas de âmbito regional e local complementam estas ajudas, nomeadamente os *Programmes pour l'Installation et le Développement des Initiatives Locales* (PIDIL) e os *Programmes Régionales à l'Installation* (PRI) que se traduzem em apoios muito diversificados dirigidos às componentes formativas, estudos de mercado, aconselhamento técnico, elaboração do PDE, investimento, etc.

Os jovens agricultores têm igualmente acesso prioritário na aquisição de direitos de produção e de direitos a prémios e na compra de terra através da SAFER.

Evolução da Instalação de Jovens Agricultores

O acompanhamento da instalação de jovens agricultores é efetuado através do *Observatoire de l'Installation et de la Transmission: Installagri.net*.

O observatório, lançado em 2005, é um projeto desenvolvido por uma parceria de entidades públicas e privadas, intervenientes na instalação e transmissão agrícola em França.

O observatório recolhe e cruza os dados relativos às instalações apoiadas e não apoiadas, disponibilizando informação detalhada e regionalizada sobre vários aspetos relativos a esta matéria.

O estudo realizado pela *Caisse Centrale de Mutualité Sociale Agricole* (CCMSA) e pela *Assemblée Permanente des Chambres d'Agriculture* (APCA)¹², no âmbito do observatório, dá a conhecer a evolução e características estruturais da instalação de jovens agricultores, entre 1997 e 2010.

Principais aspetos a reter do estudo:

- A instalação de jovens agricultores conheceu várias fases. A partir dos anos 80 até ao início dos anos 2000, o número de instalações registou uma diminuição contínua, passando de valores próximos dos 20.000 projetos por ano para cerca de 13.000. Entre 2001 e 2008, verificou-se uma estabilização do número de instalações, à volta de 10.000 projetos por ano, em resposta ao reforço das medidas de política diretas (passagem do limite de idade para os 40 anos, alargamento da medida aos jovens pluriativos, reforço das ajudas) e indiretas (aplicação da medida "reforma antecipada", a partir de 2004). Em 2009, verificou-se uma queda acentuada, atingindo menos de 9.000 instalações por ano, na sequência da suspensão da medida "reforma antecipada", que se repercutiu negativamente no número de explorações transmitidas até 2010.
- Entre 2003 e 2010, as instalações de jovens agricultores representaram mais de 70% do número total de instalações. Cerca de um terço dos jovens agricultores instalados foram do sexo feminino.
- Apenas 45 a 50% dos jovens receberam apoios à instalação. A esmagadora maioria dos que beneficiaram de ajudas optou por exercer a atividade na exploração de forma exclusiva. As explorações destes agricultores são, em regra, de maior dimensão comparativamente às dos jovens não apoiados.
- A taxa de abandono entre os jovens instalados é baixa: 88% dos jovens instalados entre 2003 e 2005 mantinham-se em atividade após cinco anos de instalação. A taxa de abandono foi 4 vezes maior entre os jovens não apoiados.
- Principais tendências após 5 anos de instalação: manutenção das orientações produtivas; aumento da dimensão das explorações; aumento da exclusividade na exploração agrícola, principalmente dos agricultores a título secundário.

Perspetivas para o Período de Programação 2014-2020

A política de instalação para o próximo período de programação, estabelecida pela *Loi d'avenir pour l'agriculture, l'alimentation et la forêt*, de 2014, renova o dispositivo de instalação de jovens agricultores, nos seguintes termos:

- Modulação da DJA em função dos territórios e dos projetos;
- Manutenção do *Plan de Développement de l'Exploitation* (PDE) e do *Plan de Professionnalisation Personnalisé* (PPP) como critérios-chave de sustentabilidade dos projetos;
- Reforço e alargamento do financiamento das ações de facilitação do acesso à terra, de acompanhamento dos projetos, dos projetos inovadores, etc.;
- Introdução de ajuda à instalação progressiva, para projetos que atingiram solidez económica ao fim de cinco anos;
- Introdução de um contrato de proteção social para os candidatos à instalação, durante o período de formação;
- Substituição da noção de *Surface Minimum d'Installation* (SMI) pela *Activité minimum d'assujettissement*¹³ (AMA), como critério para atribuição das ajudas;
- Reforço dos dispositivos de suporte à instalação a nível departamental, com acompanhamento personalizado dos candidatos pelos "*point accueil installation*"¹⁴ e reestruturação do acompanhamento pós instalação;
- Criação de estruturas de acompanhamento da política de instalação: *Comité National de l'Installation et de la Transmission* (CNIT) e *Comité Régional de l'Installation et de la Transmission* (CRIT).

¹ Suplemento de reforma concedida aos agricultores que cessam a atividade.

² Prémio em capital atribuído aos jovens agricultores que se instalam na agricultura.

³ Estágio coletivo obrigatório de preparação da instalação.

⁴ Estudo técnico-económico do projeto de instalação.

⁵ Diplomas de nível V específicos da formação profissional agrícola para adultos com experiência.

⁶ Diplomas de nível IV (bacharelato) que permitem exercer funções técnicas na agricultura.

⁷ Conjunto de ações de formação preconizadas aos jovens agricultores para aquisição das competências necessárias à gestão da exploração agrícola.

⁸ Estudo técnico-económico do projeto de instalação.

⁹ Salário mínimo.

¹⁰ O valor da SMI é diferenciada por orientação produtiva e região.

¹¹ Sistema de proteção social para os ativos agrícolas.

¹² CCMSA; APCA. Regards sur les installations d'agriculteurs entre 1997 et 2010. *Analyses et Perspectives*, n.º 1303, Février 2013.

¹³ A l'activité minimale d'assujettissement é atingida quando é preenchida uma de três condições que têm a ver com a superfície da exploração, o tempo de trabalho necessário para realizar as atividades da exploração e o rendimento obtido dessas atividades. Esta metodologia permite tomar em consideração o conjunto de atividades desenvolvidas dentro da exploração.

¹⁴ Nova designação dos Points Info Installation.



● José Diogo Albuquerque

Secretário de Estado da Agricultura

Investir na Agricultura: Uma perspetiva Positiva

Nos últimos anos tem existido uma crescente entrada de jovens na agricultura, procurando novos produtos, setores inovadores, com elevado desempenho empresarial.

No seu entender, quais os fatores que explicam esta situação?

Recentemente a atividade agrícola tem vindo a assumir um interesse crescente por parte dos jovens, evidenciado pela procura crescente de apoios para a instalação na atividade agrícola, com espírito empreendedor, qualificação técnica e capacidade de inovação.

Além do próprio mercado ser agora muito mais apetecível para os jovens, cuja visão é de um mundo global e muito virada para o exterior, também as políticas públicas vieram proporcionar aos jovens as condições necessárias para ingressarem neste setor nomeadamente através de apoios e incentivos criados especificamente para os jovens agricultores. Por exemplo, a regularização dos apoios à agricultura, através da Política Agrícola Comum (PAC) tem feito com que haja uma atração dos investidores para o setor agrícola, em particular jovens investidores.

Esta conjuntura está refletida no número de jovens apoiados até ao momento pelo PRODER, em que globalmente, o PRODER já aprovou mais de 9.000 novos projetos de jovens agricultores (prémio + investimento), aos quais foi atribuído um apoio PRODER de cerca de 640 milhões de euros, alavancando um investimento total de mais de 1,1 mil milhões de euros.

A instalação de jovens agricultores é ainda um fator importante na dinamização das zonas rurais. No entanto essa renovação geracional não tem sido conseguida, bem pelo contrário tem vindo a deteriorar-se. Apesar de há 30 anos existirem medidas de política ativas de apoio aos jovens agricultores, não foi possível inverter esta tendência.

Na sua opinião quais as razões para esta situação?

A instalação destes jovens agricultores é de facto um fator importante na dinamização das zonas rurais e representa já um grande contributo para o repovoamento do interior, onde se localizam cerca de 68% dos projetos de instalação. Dos jovens agricultores apoiados pelo PRODER, destaco uma área média de exploração de 22ha, perto do dobro da área média nacional que atualmente é de 13ha, um nível de formação acima da média do setor, com 35% dos jovens com formação pós-secundária e superior, sendo que todos têm pelo menos o 9º ano, um grande equilíbrio de género, com cerca de 40% dos projetos promovidos por mulheres, que até superam os homens em algumas regiões como é o caso da Serra da Estrela e Ave. Aproveito para referir um pouco a título de curiosidade, que os setores que mais têm atraído estes jovens são: hortofrutícolas (47%), pecuária (27%) e vinho (11%).

Também nas ajudas diretas do 1º pilar da PAC verificou-se entre 2011 e 2013 um aumento de 33% do número de jovens agricultores (até aos 40 anos), passando estes a representar 8% do total de beneficiários destas ajudas (em 2011 eram 5%).

Em 2014 iniciou-se um novo período de programação comunitária. Que incentivos e apoios podem esperar os jovens agricultores em termos de medidas de política comunitária?

E perspetivam-se medidas de política nacionais?

O PDR 2020 tem instrumentos de política que contribuem para contrariar a trajetória de envelhecimento e de perda do tecido social agrícola e rural,

assim como de falta de competitividade do setor, procurando aumentar a atratividade do setor agrícola aos jovens, através de um apoio aos que se instalam pela 1ª vez na atividade, promovendo o investimento, a transferência do conhecimento e incentivo à organização da produção.

A ação de apoio à instalação de jovens agricultores tem implícita uma preocupação de dar uma resposta consistente para a sustentabilidade económica de primeiras instalações, traduzindo-se numa responsabilidade do jovem agricultor, quer ao nível da sua formação, quer ao nível financeiro, quer ainda ao nível da participação no mercado através de Organizações de Produtores. Esta ação prevê o apoio aos jovens agricultores que se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola e que apresentem um plano empresarial com um valor mínimo de 55 000 euros de investimento.

O Jovem Agricultor deve assumir o compromisso de recorrer ao aconselhamento agrícola ou a uma formação-ação quando não possuir habilitações nos domínios da agricultura, através de curso superior ou técnico-profissional. Os jovens agricultores terão acesso específico e prioritário aos apoios ao investimento bem como taxas de apoio superiores (majoração) aos restantes promotores de projetos de investimento.

Muitos dos jovens instalados não têm formação na área agrícola nem experiência empresarial. O que se prevê no PDR ou noutros Fundos para o acompanhamento técnico dos jovens nestas áreas, no sentido de garantir melhores condições para o seu sucesso? E como se vão articular esses apoios?

Como já referi anteriormente, os jovens que estão agora a entrar no setor têm uma formação bastante superior à média dos agricultores. Consideramos a formação muito relevante principalmente para aqueles jovens que não têm uma ligação de proximidade ao setor e que decidem instalar-se por conta própria, daí estarmos a criar condições que lhes possibilitem a aquisição de competências sobretudo ao nível da gestão e da nova orientação produtiva onde se querem instalar, nomeadamente através da sua integração em Organizações de Produtores onde podem encontrar já um *know-how* importante.

Também aproveito, para realçar que tendo em conta o perfil da população ativa agrícola são de valorizar formas de transmissão e partilha de conhecimento numa base demonstrativa e prática, em particular entre pares.

A inovação é importante. No setor agroalimentar tem existido por parte dos jovens a procura de novas fileiras e produtos. Que modelo de apoio técnico se prevê implementar para o fomento da inovação? Nas futuras medidas de política prevê-se instrumentos ou modelos de participação das universidades, dos centros de investigação para apoiar a introdução de inovação?

A qualificação de recursos humanos, nomeadamente em domínios relacionados com os processos produtivos, a transformação e comercialização

dos produtos, a gestão agrícola e florestal sustentável, a melhoria da integração da produção primária na cadeia alimentar, constitui um fator essencial para a introdução de inovação, para a melhoria da eficiência no uso dos recursos, a integração no mercado e o desempenho ambiental das explorações e empresas.

Em matéria de inovação, o setor agroalimentar e florestal revela tendências que são transversais à economia, nomeadamente a dificuldade em transferir os resultados ao nível da I&D na resolução de problemas concretos de forma a melhorar a valorização económica da produção.

É de facto importante reforçar a abordagem de cooperação para a inovação, entre os agricultores, as empresas, as organizações do setor e as estruturas I&D, a participação em redes com potencial para intermediação do conhecimento, o recurso a outros instrumentos de capacitação e transferência de conhecimento, nomeadamente formação, demonstração, divulgação e aconselhamento, que permitam colocar os problemas da produção na agenda de inovação, utilizar o conhecimento científico e prático para inovar, favorecer a transmissão entre produtores, reduzir os custos de inovação para as empresas.

Para atrair jovens para a agricultura não basta garantir condições para atividade económica é fundamental também garantir condições de vida nos territórios rurais, ao nível de infraestruturas de saúde, educação, justiça mas também de satisfação de necessidades culturais e de lazer. O que se prevê fazer para tornar estas regiões mais atrativas para estes jovens?

Felizmente existe agora um interesse cada vez maior por parte dos nossos jovens no setor agrícola. Este setor deixou de ser visto como algo antiquado, do passado, para ser visto como um setor onde vale a pena investir. Portugal começa agora a ter jovens empresários agrícolas, com capacidade para modernizar este setor, trazendo criatividade e inovação.

As políticas públicas que temos prosseguido têm tido por base a criação dessas condições, nomeadamente:

- Garantir a eficácia da administração na gestão dos fundos e a orientação para os resultados;
- Garantir o apoio ao investimento, através de um regime de transição que pela primeira vez permitiu manter a continuidade dos pagamentos ao setor;
- Garantir que o novo Programa de Desenvolvimento Rural entrasse em vigor o mais cedo possível abrindo as primeiras medidas no passado dia 15 de novembro;
- Simplificar leis e procedimentos para eliminar burocracia inútil e facilitar a vida das empresas;
- Assegurar que os agricultores concentram cada vez mais as suas produções de forma a ganharem escala, acrescentando assim valor à



Políticas de Apoio aos Jovens Agricultores para 2014-2020 Síntese das Propostas

Contínente

SÍNTESE DE MEDIDAS DE APOIO AOS JOVENS AGRICULTORES EM 1ª INSTALAÇÃO NO PDR2020 E PAGAMENTOS DIRETOS – 2014-2020

A criação e o desenvolvimento de novas atividades no setor agrícola por jovens representam desafios financeiros e constituem elementos a ter em conta no direcionamento dos instrumentos de política quando se pretende contrariar a trajetória de envelhecimento e de perda do tecido social agrícola. Os Pagamentos Diretos e o Programa de Desenvolvimento Rural PDR2020 do continente visam, entre outros, aumentar a atratividade do setor agrícola aos jovens. O Programa de Desenvolvimento Rural, procurando dar uma resposta consistente para a sustentabilidade económica de primeiras instalações, inclui uma medida de apoio aos jovens que se instalam pela 1ª vez na atividade, que corresponsabilizando o jovem, promove o investimento, a transferência do conhecimento e o incentivo à organização da produção. O apoio é dado aos jovens que se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola cujo Plano Empresarial inclui investimento, podendo ser variável consoante a adesão a uma organização de produtores e o montante investido. No âmbito do apoio ao investimento em explorações agrícolas e ao prémio de seguros agrícolas, será atribuída uma majoração aos jovens em 1ª instalação.

Os Pagamentos Diretos preveem um pagamento anual aos jovens agricultores que não tenham mais de 40 anos no ano da apresentação do primeiro pedido de pagamento, subordinado às condições de que este se instale pela primeira vez numa exploração agrícola na qualidade de responsável, ou que já se tenha instalado como tal no período de cinco anos anterior à primeira apresentação do pedido. Por outro lado, a reserva nacional será utilizada para atribuir direitos ao pagamento do regime de pagamento base, com carácter prioritário, a jovens agricultores.

Nota: Elaborado pelo GPP - Gabinete de Planeamento,
Políticas e Administração Geral

produção e conseguindo escoar cada vez mais os seus produtos, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional. De forma a incentivar este objetivo, as opções assumidas no âmbito da nova Política Agrícola Comum 2014-2020 pressupõem incentivos (majorações) à concentração de oferta;

- Assegurar que os agricultores concentram cada vez mais as suas produções de forma a ganharem escala, acrescentando assim valor à produção e conseguindo escoar cada vez mais os seus produtos, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional. De forma a incentivar este objetivo, as opções assumidas no âmbito da nova Política Agrícola Comum 2014-2020 pressupõem incentivos (majorações) à concentração de oferta;
- Fomentar a equidade e o equilíbrio da cadeia alimentar, promovendo o diálogo para permitir o aumento da transparência do mercado e o equilíbrio na distribuição de valor entre os diferentes setores da produção, da transformação e da distribuição de produtos agrícolas e agro-alimentares. Para o efeito está a ser realizado no âmbito da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar (PARCA), criada em 2011, um trabalho de grande articulação entre todos os parceiros, que já produziu frutos, e que deverá continuar no sentido de desenvolver a competitividade da economia portuguesa estabelecendo uma concorrência saudável e contribuindo para o aumento da produção nacional.

O que diria a um jovem que se queira instalar na agricultura?

No fundo, o importante é ter a abordagem certa. E essa abordagem passa por ações de produção em conjunto com estratégias comuns com ganhos de eficiência e uma clara orientação para o mercado. O que é necessário é uma aposta clara na concentração da oferta, ou seja, mais produção comercializada através de Organizações de Produtores.

Primeiro, a um nível mais geral, investir na agricultura tem uma perspetiva positiva: a população mundial está a crescer de tal modo que, em 2050, temos de aumentar em 70% a produção alimentar.

Segundo, no caso de Portugal, temos uma balança comercial negativa o que pode ser um problema mas também constitui um desafio: há margem para o nosso setor agrícola crescer, produzir, colocar mais produtos portugueses no nosso mercado e em mercados estrangeiros.

Finalmente, as nossas características climáticas trazem-nos vantagens competitivas. Temos capacidade para colocar produtos no mercado mais cedo que outros países. Isso tem sido também potenciado pelo regadio.

Tem de existir uma aposta clara numa agricultura competitiva, pois a agricultura tem futuro, quer pela rentabilidade económica que está a trazer, sobretudo neste clima de retração, quer porque é compensadora: pelo contacto com a natureza, pela qualidade de vida e porque favorece os laços sociais.

Região Autónoma da Madeira – PRODERAM 2020

MEDIDA / SUBMEDIDA	DESCRIÇÃO DO TIPO DE OPERAÇÃO	APOIO
1.1 Formação de ativos	Apoiar a aquisição de conhecimento necessário à concretização de projetos de investimento apresentados para financiamento e à melhoria do desempenho de explorações, empresas e outras entidades que já foram alvo de apoio	Os apoios são concedidos até ao nível máximo de 100% das despesas elegíveis.
3.1 Apoio a novas participações em Regimes de Qualidade	Participação, pela primeira vez, num regime de qualidade de produtos agrícolas e géneros alimentícios ou produtos do setor vitivinícola	Os apoios são concedidos até ao nível máximo de 100% das despesas elegíveis e até um valor máximo de 3000€/ano/exploração. Os apoios são atribuídos por um período máximo de cinco anos
4.1 Investimento nas Explorações Agrícolas	Modernização das explorações agrícolas, com melhoria do desempenho técnico, económico e ambiental das explorações, com vista ao aumento da competitividade	Os apoios são concedidos até ao nível máximo de 75% das despesas elegíveis, para jovens agricultores em 1ª instalação, ou que já se tenham estabelecido durante os cinco anos que precederam o pedido de apoio
4.2 Investimento na transformação /comercialização de produtos agrícolas	Apoio a investimentos que visem a transformação e comercialização de produtos agrícolas, que contribuam para a melhoria do desempenho geral e a melhoria da viabilidade económica da empresa ou exploração agrícola	Os apoios são concedidos até um limite máximo de investimento elegível de 7.500.000 €, taxa de apoio até um nível máximo para Jovens Agricultores e PME – empresário jovem
6.1 Ajuda ao arranque da atividade para os jovens agricultores	Prémio atribuído aos jovens agricultores que assumem, pela primeira vez, a gestão de uma exploração agrícola	O montante do prémio poderá atingir no máximo 35.000,00 € e é atribuído em função da classe de área da exploração
M 10 Medidas agroambientais	Ajuda atribuída para compensar das despesas incorridas com o cumprimento de compromissos agroambientais (manutenção de muros de suporte de terras em pedra aparelhada, Preservação de pomares de frutos frescos e vinhas tradicionais)	Apoio concedido em função do compromisso a ser assumido por um período de cinco anos, numa base de 900€/ha/ano
M 11 Agricultura Biológica	Apoiar a conversão dos sistemas de produção agrícola convencional para Modo de Produção Biológico e apoio à manutenção em modo de produção	Apoio concedido em função do tipo de ocupação do solo, até um limite máximo de 1.200€/ha. Durante o período de conversão a ajuda é majorada em 20%.
M 13 Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	Apoiar os agricultores que assumam o compromisso de prosseguir a atividade agrícola durante um ano	Apoio modelado em função da classe de área: 2.500€/ha no escalão 0,05 ha – 1 ha; 1.500 €/ha no escalão > 1 ha a 2 ha; 200 €/ha no escalão > 2ha – 5 ha
16.1 Inovação e desenvolvimento	Ações de criação de grupos operacionais da Parceria Europeia de Inovação (PEI), que fazem parte da PEI para a produtividade e sustentabilidade agrícolas, e a execução de projetos do projeto de ação a implementar pelo Grupo Operacional	Incentivo não reembolsável de 100% da despesa elegível. O apoio aos custos diretos associados ao desenvolvimento, testes relativos à conceção do produto, ao produto, ao processo ou à tecnologia e Projetos-piloto está limitado a 90% da despesa elegível
17.1 Prémio de seguro de colheitas, de animais e de plantas	Apoio para fazer face às despesas que os agricultores poderão ter, com um contrato com uma seguradora, para pagamento de um prémio de seguro que venha a cobrir perdas na exploração derivadas de fenómenos climáticos adversos	Os apoios são concedidos com uma taxa de 65% do prémio de seguro

NOTA: Elaborado pela Autoridade de Gestão do PRODERAM - Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais

Região Autónoma dos Açores – PRORURAL

MEDIDA / SUBMEDIDA	DESCRIÇÃO DO TIPO DE OPERAÇÃO	APOIO
3.1 Apoio a novas participações em Regimes de Qualidade	Participação, pela primeira vez, num regime de qualidade de produtos agrícolas e géneros alimentícios ou produtos do setor vitivinícola	Os apoios são concedidos até ao nível máximo de 100% das despesas elegíveis e até um valor máximo de 3000€/ano/exploração. Os apoios são atribuídos por um período máximo de cinco anos
4.1 Investimento nas Explorações Agrícolas	Modernização das explorações agrícolas, com melhoria do desempenho técnico, económico e ambiental das explorações, com vista ao aumento da competitividade	Os apoios são concedidos até um limite máximo de investimento elegível por exploração, no período 2014-2020, de 500 000,00 €. Majoração da taxa de apoio para Jovens Agricultores em primeira instalação
6.1 Ajuda ao arranque da atividade para os jovens agricultores	Prémio atribuído aos jovens agricultores que assumem, pela primeira vez, a gestão de uma exploração agrícola	O montante do prémio poderá atingir no máximo 50.000,00 € e é atribuído em função da classe de área da exploração e da existência ou não de aptidões e competências profissionais do jovem
16.1 Criação e Funcionamento de Grupos Operacionais da PEI para a produtividade e sustentabilidade agrícolas	Ações de criação de grupos operacionais da Parceria Europeia de Inovação (PEI), que fazem parte da PEI para a produtividade e sustentabilidade agrícolas	
16.2 Apoio a Projetos-Piloto e ao desenvolvimento de novos produtos, práticas, processos e tecnologias nos setores agrícola, alimentar e florestal	Projetos inovadores, que visem a melhoria da eficiência dos setores agrícola, alimentar e florestal, promovendo a melhoria da produtividade, do desempenho e da competitividade das empresas	
16.3 Cooperação entre pequenos operadores na organização de processos de trabalho comuns, na partilha de instalações e de recursos	Projetos que tenham como objetivo a o fomento da organização de processos de trabalho comuns e a partilha de instalações e de recursos	Os apoios são concedidos até ao nível máximo de 70% das despesas elegíveis
16.4 Cooperação para desenvolvimento e promoção de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais.	Ações que promovam a interligação entre os vários operadores económicos da Região, com apoio à sua criação, desenvolvimento e promoção num contexto local, potenciando desta forma, as cadeias de abastecimento curtas e mercados locais	
16.5 Apoio a intervenções conjuntas destinadas à atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas e abordagens conjuntas relativas a projetos ambientais e práticas ambientais em curso	Operações que visem o reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspetiva de uma melhor gestão e desempenho ambientais	
17.1 Prémio de seguro de colheitas, de animais e de plantas	Apoio para fazer face às despesas que os agricultores poderão ter, com um contrato com uma seguradora, para pagamento de um prémio de seguro que venha a cobrir perdas na exploração derivadas de catástrofes naturais	Os apoios são concedidos com uma taxa de 65% do prémio de seguro

NOTA: Elaborado pela Autoridade de Gestão do PRORURAL - Direção Regional do Desenvolvimento Rural. Apresentadas apenas as medidas relativas a investimento, sem prejuízo de outras, como por exemplo, as medidas sobre agricultura biológica, agroambiente e clima, ou pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas.

Conversas com Jovens Agricultores



Pontos de Vista

Conversa com...

● António Paisana

É preciso não desistir à primeira intempérie

É advogado de formação, não faz da agricultura o seu único modo de vida, mas confessa que é na terra que sente mais prazer.

António Paisana trabalha em publicidade, comunicação, imobiliário, é autor de dois romances e produz framboesas na Quinta da Várzea, na zona de Abrantes, quinta que pertence à sua família pelo lado da mãe.

Que características deve ter um jovem para se tornar um empresário agrícola de sucesso?

O meu perfil não é o tradicional de jovem agricultor, nem estou a tempo inteiro nesta atividade, mas a persistência é uma característica importantíssima. Na agricultura, além de ser preciso ter atenção aos critérios empresariais, técnicos e científicos, aliados à gestão financeira e de recursos humanos da empresa, há uma grande dependência do fator clima, um imponderável que foge ao controlo de quem quer que seja. Contudo, apesar das minimizações de efeitos que já é possível fazer, o clima tem sempre influência em 90% das culturas.

É aí que entra a persistência?

Exatamente. É preciso não desistir à primeira intempérie. Tenho conhecimento de projetos agrícolas que tiveram um ou dois anos maus e foram abandonados, ou por falta de capacidade financeira, ou por não se encontrar um caminho para dar a volta às dificuldades ou por falta de visão para reinventar ou reinvestir. Na agricultura não é só plantar e ficar à espera que o fruto apareça, tem de haver um acompanhamento diário, que não é estar no campo a olhar para as plantinhas a crescer, é de gestão, tomar decisões, contactar com fornecedores, com os clientes. Acredito que haja quem avance para um negócio, por vezes com a expectativa de poder enriquecer rapidamente e com o mínimo esforço possível, e estou em crer que isso não acontece na maior parte dos casos. Também é preciso perceber o que é ter sucesso e ter a perceção de que por exemplo com 1,5 hectares de framboesas não pode faturar milhões de euros, ou seja, temos de pôr as coisas em perspetiva, e independentemente da ambição que tenhamos, ser em simultâneo generosos com a avaliação que fazemos do nosso negócio. Porque até pode acontecer que não gere lucros fantásticos, mas se for um negócio sustentado, que gere emprego, dinamize uma zona, então se calhar estamos perante um caso de sucesso. Tem de haver uma boa capacidade de gestão e de análise do tipo de negócio que se tem e se quer ter.

Os apoios que existem à fixação dos jovens na agricultura são suficientes?

Os apoios que existem são fantásticos e é difícil haver mais. O facto de haver sempre a obrigatoriedade de ter capital de apoio ao investimento e capitais próprios é uma condição de sucesso nos negócios. Mas também é verdade que os apoios são destinados a quem tem capitais próprios ou que tenha condições para recorrer à banca.

O acesso ao crédito bancário está facilitado?

Está mais facilitado para quem já tem projetos aprovados. O que é preciso

é saber gerir essas condições de crédito. Há muita iliteracia financeira na agricultura, o que por vezes dificulta a negociação das melhores condições de recurso ao crédito.

Outro dos fatores é a terra. Quem tem terra já tem meio caminho andado para se instalar com sucesso?

Fazendo mea culpa, porque trabalho em terras que são nossas, essa é uma falsa questão. O custo de arrendamento de terra para a agricultura não é um fator determinante. Ou seja, considero que o preço da terra não afeta grandemente a atividade. Há terras para arrendar e o custo médio ronda os 500 euros por ano, por hectare, não é de todo um impedimento para a fixação na agricultura, embora isso dependa da dimensão do projeto.

Falou de iliteracia na agricultura. A formação, inicial e contínua, existe?

Há dois ou três tipos de conhecimento na agricultura, dos quais pessoalmente não possuo nenhum. Com isto quero dizer que para uma pessoa avançar para um projeto agrícola, não tem necessariamente de saber tudo de agricultura, mas é obrigatório aprender com quem sabe, seja por formação técnica ou prática, ou pagar a consultores externos. Quem vem para uma aventura destas tem de ter a noção de que o conhecimento é importante. Esse conhecimento é também importante para a colocação dos produtos no mercado.

E na rede dos mercados é difícil de entrar?

No nosso caso, e tratando-se de uma produção de pequena dimensão, conseguimos algumas relações de continuidade, que têm assegurado o bom escoamento do produto. Não sei bem avaliar situação global, mas tenho a ideia de quem quem produz consegue escoar, tem é de ter uma relação comercial de continuidade e de confiança. É preciso ter muito cuidado e sensibilidade na relação com os clientes. Acredito contudo que, num mercado global, em que muitas culturas se orientam para mercados de exportação, o não domínio das línguas pode por vezes ser um fator de entrave, extra negócio, não passível de quantificar na sua relação com a capacidade ou não de exportar.

Nesse campo é que entra a “mais-valia” que os jovens podem levar para a agricultura?

Exatamente, com os apoios aos jovens, já se nota uma vaga de agricultores muito mais preparada também para a internacionalização dos mercados.

Equaciona vir a dedicar-se em exclusivo à agricultura?

Neste momento, como não gosto de desistir e tenho vários negócios a andar, não posso, por isso, dedicar-me em exclusivo à agricultura. Mas posso dizer que, dos negócios que tenho, a agricultura é o que me dá mais prazer. Nunca tinha sido agricultor, os meus pais também não e é giro trabalhar na terra. A minha aposta é a de um dia tirar rendimentos suficientes para que, se eu quiser viver, só da agricultura.



Pontos de Vista

Conversa com...

● Ricardo Brites

Trabalhar muito e aprender sempre

Das obras para a horta, Ricardo, engenheiro civil, fez sociedade com Armando Cavaleiro, engenheiro eletrotécnico, e os dois lançaram mãos ao trabalho, não na terra mas nas águas do rio Mondego, na localidade de Eireira, em Montemor-o-Velho.

A eles juntam-se um trabalhador, a tempo inteiro, e as famílias, quando é preciso, para dar corpo à empresa Nutriaqua, que começou a produzir hortícolas há menos de um ano, utilizando a técnica de hidroponia.

Que passou pela cabeça de um engenheiro civil para sair das obras e começar a cultivar produtos hortícolas em hidroponia?

Dada a situação económica em quem me encontrei, depois de sair de uma empresa de construção onde fazia direção de obras, tinha duas alternativas, ou emigrava ou mudava para uma atividade com potencial de crescimento. Optei pela segunda, avançando para uma área a que já achava piada.

Já tinha terra própria?

Sim e passei para a fase de estudar a hidroponia e os mercados. Não foi fácil, porque se há dificuldades a trabalhar a terra, na hidroponia é muito pior. A crise atingiu todas as áreas.

Apostou numa área de produção inovadora em Portugal, o que lhe trouxe mais dificuldades, como já disse. Em que se traduzem essas dificuldades?

A primeira dificuldade foi a de não ter conhecimento técnico na área e de não haver quem desse formação. Se for agricultura na terra, qualquer

engenheiro agrônomo chega ao pé de nós e dá aconselhamento técnico. Em hidroponia, é mais difícil. Consideramos que estamos a produzir bem, mas tive de fazer muitos estudos e tive formação com agrónomos brasileiros.

Isso quer dizer que não há formadores nessa área em Portugal?

É isso. Vou começar a dar formação com base no que aprendi na teoria e no que vou aprendendo diariamente na nossa exploração.

Apesar dessa falta de *know-how*, compensa arriscar na hidroponia?

A hidroponia permite um aproveitamento da área muito maior, porque, por exemplo, eu posso colher hoje e plantar no dia seguinte sem ter que apanhar toda a produção. Ou seja, o sistema, permite maiores produtividades, mas o investimento também é maior do que na terra.

Em relação ao investimento inicial, teve acesso fácil ao crédito e ao financiamento?

Sim, investimos capitais próprios e tivemos o apoio da linha do PRODER. Não temos tido problemas de acesso ao crédito, com entidades que dão garantia bancária, no âmbito das linhas de apoio.

Quanto aos apoios específicos para os jovens agricultores, os que existem são os mais adequados?

Penso que o tipo de linhas de crédito que existe tem montantes suficientes, embora para a hidroponia seja necessário maior investimento do que para a agricultura em terra.

E a falta de apoio técnico continuado é um problema?

Sim, claro, o apoio não pode ser apenas no início da apresentação dos projetos. Além disso, as pessoas não podem pensar que montam um projeto, apenas com base num estudo de rentabilidade que nem sempre é o real, porque na maioria das vezes é empolado. Para se atingir metade do que se propõe é preciso trabalhar muito. Mesmo na hidroponia, que tem menos mão de obra e mais rentabilidade do que a agricultura tradicional, é preciso trabalhar muito, todos os dias e com constante atualização do conhecimento.



Quanto ao conhecimento, há investigação científica nas universidades com ligação aos agricultores?

Que eu saiba, não há. Apenas sei de um projeto de semi hidroponia ligado à Universidade de Trás-os-Montes. Daí que não haja mais do que dois ou três engenheiros agrónomos com conhecimentos na área, que só há dois ou três anos é que existe em Portugal.

A resistência ao associativismo é tradicional em Portugal. Há uma atitude diferente dos jovens?

Há e não há. Já trabalhei com pessoas mais velhas com um espírito totalmente aberto e lidei com jovens muito fechados à cooperação. Mas sim, de qualquer maneira já há uma abordagem diferente, nomeadamente na hidroponia. No Oeste, há três produtores a trabalharem em parceria e aqui, na zona de Coimbra, estamos a trabalhar com mais duas explorações. A ideia é estabelecermos uma rede entre todos, mas ainda é tudo muito recente.

Existem novas formas de organização com recurso às novas tecnologias e informação?

Sim, a partilha de experiências é agora muito mais eficaz e a maior parte das pessoas mais novas têm formação superior em diversas áreas. E não nos podemos esquecer que uma empresa agrícola não deixa de ser uma empresa com uma estrutura como as outras, organizada e controlada.

Que conselho dá a um jovem que queira avançar numa aventura como a sua?

É preciso saber bem os riscos que corre, que terá de trabalhar muito, todos os dias, e que a realidade não é a que está no papel do projeto. Por exemplo, na hidroponia, se queremos atingir uma rentabilidade, que pode ser quatro vezes maior que em terra, temos de colher todos os dias e plantar todos os dias. Trabalhar muito e aprender sempre.





Pontos de Vista

Conversa com...

● Fernanda Machado

Tive de sujar as mãos na terra para ser respeitada

É enóloga de formação e foi consultora agrícola, antes de ir para a terra sujar as mãos.

Fernanda Machado começou do zero, na zona de Guimarães. Construiu a Bioberço, onde produz, com o marido, pequenos frutos (mirtilhos, framboesas e groselhas, entre outros) e para ultrapassar as barreiras da comerci-alização, dirige uma empresa/associação que engloba sete dezenas de produtores.

Como é trabalhar num mundo de homens?

É muito duro, chegar à agricultura, jovem com boa imagem, bem arranjada, é ir contra o estereótipo. Percebi que os homens olhavam para mim e pensavam: "Esta tipa não percebe nada disto, o que é que está aqui a fazer? Não vais a lado nenhum". Tive de meter as mãos na massa, como se costuma dizer, de sujar as mãos, para eles perceberem que sabia o que queria e para ser respeitada. Embora, nesta atividade, dos pequenos frutos, haja um trabalho muito feminino, noutros tipos de agricultura, mais tradicional, é ainda mais difícil. Quando era consultora, nas vinhas, muitas vezes tinha de esconder-me.

E o que levou uma jovem mulher a começar a sujar as mãos na terra?

Comecei por estar ligada indiretamente à Agricultura. Formei-me em enologia e, dois anos depois de trabalhar em cooperativas vinícolas passei para uma cooperativa agrícola. Era consultora e começou a aparecer o "bichinho" para passar à área da produção até que tive vontade de eu própria de produzir mesmo. Achei que já tinha todas as condições para avançar num processo meu.

Qual foi a principal dificuldade que encontrou para iniciar a atividade num mundo de homens?

Como todas as mulheres que trabalham num mundo comandado pelos homens, tive de provar a todo o momento de que sou capaz. Mas, independentemente de ser homem ou mulher, o primeiro problema com que nos deparamos quando começamos é a falta de informação suficiente para avançar com um bom investimento. Por exemplo, eu era consultora e, mesmo assim, deparei-me com muitas dificuldades. Procurei informar-me, contactei com os agricultores já instalados, mas não foi o suficiente.

Já tinha terra própria?

Não, fiz tudo do zero.

A sua família não estava na agricultura?

Não, fui a primeira a vir para a agricultura. Agora tenho o meu marido, que dirige a Bioberço.

O acesso à terra foi fácil?

Foi muito difícil. Andei meses à procura e, como disse, já tinha trabalhado numa cooperativa agrícola, aqui no concelho de Guimarães, e acabei por conseguir através de contactos que tinha junto de agricultores com vinha.

Comprou ou arrendou? É caro?

Arrendei dois hectares e não é muito caro, pago 500 euros por ano, cada hectare, mas para quem já tem terra é muito mais fácil.

As condições de acesso ao financiamento e ao crédito, como são?

Neste momento, já estou em velocidade de cruzeiro, tive de fazer reinvestimentos para garantir uma produção com qualidade.

No início da atividade, foi difícil aceder ao crédito bancário?

Foi difícil. Porque é muito, muito complicado para uma empresa sem histórico chegar à banca e pedir, 40 ou 50 mil euros.

Como avalia as condições existentes para os jovens agricultores, nomeadamente em relação ao acesso à terra, à formação e aconselhamento agrícola continuado?

Os apoios são bons, mas o problema é a informação e a formação. Os técnicos que estão no terreno não têm formação e estão apenas preocupados em justificar, com base em tabelas e informações desatualizadas, a não concessão

de apoios ao financiamento. Não sabem sequer argumentar para justificar as opções que tomam. Quando perguntamos, por exemplo, o porquê de recusarem apoiar a compra de um trator ou uma cobertura de estufa nova, não conseguem. No início da minha atividade, se tivesse tido um aconselhamento técnico capaz, teria conseguido obter muito mais apoio. O que acontece é que muitos jovens acabam por ter apoios desnecessários e ficam sem o que realmente é necessário para a atividade. E quando esse jovens não tem formação pessoal, ainda é mais complicado.

Está também à frente de uma empresa de apoio aos agricultores para otimizar o escoamento dos produtos. Mais uma vez, a informação é essencial nesta atividade?

É absolutamente essencial o acompanhamento técnico permanente para que os produtos possam ser escoados nas melhores condições, sob pena de se perder a produção. Se um agricultor estiver sozinho, é impossível garantir a colocação dos produtos no mercado. Por essa razão formei a Bfruit, uma empresa com características de associação, que envolve cerca de 70 produtores, quase todos jovens.

São todas essas dificuldades que levam muitos a desistirem ainda nos primeiros anos de atividade?

Sim, porque, além do apoio inicial, é necessário um acompanhamento contínuo ao nível técnico para chegar aos mercados comerciais. Há toda uma cadeia de intervenientes para um produtor chegar ao consumidor. Para chegar às grandes superfícies, a quantidade é importante, mas não chega, é preciso que os produtos tenham qualidade. Em Portugal, temos um problema de escala, mas também de falta de profissionalismo para garantir a qualidade dos produtos. A verdade é que não há gente suficiente a trabalhar com qualidade. Na agricultura, mais do que noutros negócios é necessário falar as coisas na hora certa.

Que conselho daria a uma jovem que queira tornar-se agricultora?

Em primeiro lugar, que faça uma aprendizagem junto de pessoas já instaladas, porque é muito importante aprender e perceber como se faz, tomar contacto com as dificuldades. Tem de conquistar *know-how* e procurar associar-se, de uma forma ou de outra, a outros agricultores.

Como prevê o futuro da agricultura em Portugal?

É preciso encarar a agricultura como uma atividade empresarial que não é de “vão de escada” mas na qual não se enriquece de um dia para o outro. Há bons sinais neste momento: a agricultura está a rejuvenescer com muita gente nova a virar-se para a terra e é preciso termos sempre presente que Portugal não pode viver apenas de serviços e do turismo. Nenhum país cresce economicamente sem ter um setor primário forte.

Pontos de Vista



Conversa com...

● António Carreira

Inovar é um ato de sobrevivência

Nasceu no Canadá, país onde os pais estavam emigrados. Aos dez anos, com o regresso a Portugal, começou a ser traçado o futuro do atual proprietário da Quinta da Borgonha. Em S. Pedro de Rates, no concelho de Póvoa do Varzim, o jovem agricultor dedica-se à criação de gado para produção de leite e de carne, à cultura da vinha, ao mel e alarga horizontes para o turismo.

Como apareceu a agricultura na sua vida?

Sempre me atraiu a ideia de ser agricultor. Nasci no Canadá e vim para Portugal aos dez anos. O meu pai tinha comprado a Quinta da Borgonha, que estava alugada a outros agricultores, e o meu avô já criava vacas. Tudo começou aí. Fui crescendo, estudei e, em 2002, fiz uma sociedade empresarial com o meu pai.

E porquê a escolha da produção de leite?

Comparado com outras atividades, o setor do leite é bastante protegido, no sentido de haver um comprador fiel, que paga atempadamente, com prazos curtos, em que o risco de incobráveis é muito reduzido e com custo de concorrência nulo, não sendo preciso um vendedor nem um carro de distribuição. Numa análise SWOT, estes são os pontos fortes do setor. Quanto aos pontos fracos, o essencial é o de quem manda no preço são os outros, ou seja, a indústria. Embora isto seja verdade, o que deve preocupar um gestor é o preço de custo e não o preço de venda. Porque se o meu foco estiver no custo, consigo ser competitivo.

É por aí, por essa linha de gestão, que consegue enfrentar os desafios da competitividade?

Claro, até porque eu faço parte de um grupo de cerca de 500 produtores europeus, o *European Dairy Farmers*, no âmbito do qual partilhamos





Além do leite, que outros produtores saem da sua quinta?

Temos mais 260 animais para produção de carne, plantamos dois hectares de vinha para vinho verde e um pouco de mel.

A inovação é possível nessas áreas?

Inovar é um ato de sobrevivência, porque temos que competir com o mundo. Aqui, na nossa produção de leite, apostamos no bem estar animal, com espaço para cada um. Tal como acontece com as pessoas, se um animal tiver mais conforto, produz mais e com mais qualidade, melhorando a nossa rentabilidade. Em Portugal, tem demorado tempo para que as pessoas percebam que é preciso dar boas condições para que o animal produza bem. Terá de haver, ao nível nacional, uma reestruturação dos equipamentos e do espaço dos edifícios, mas reconheço que é difícil dadas as reduzidas margens de lucro que temos. Ainda bem que o PRODER funcionou bem, permitindo investimentos novos e esperamos que o novo PDR facilite ainda mais.

De que forma é que encara o associativismo?

Deveriam ser impulsionados e apoiados os agrupamentos de produtores, porque, ao contrário do que acontece com os nossos vizinhos espanhóis, nós não temos muito essa filosofia. Por exemplo, pensei em comprar uma máquina de alimentação de animais em conjunto com mais quatro ou cinco produtores para ser usada por todos, mas não é fácil, porque a questão da posse é muito importante. Nós, portugueses, somos muito individualistas, nem que isso nos custe mais.

E na formação, como é?

“É pá, para trabalhares na terra, não precisas estudar!”. Esta foi uma frase que ouvi muito no meio da agricultura, mas eu fui sempre fazendo ao contrário. Fui trabalhando e estudando à noite, fiz a faculdade em regime pós laboral e hoje, não sou diferente por ter uma licenciatura em Gestão, mas com o que aprendi, fiquei com maior capacidade para perceber porque razão as coisas acontecem.

Como vê o futuro da agricultura em Portugal?

Tem sido um erro os nossos governantes, não terem apostado na agricultura, mas agora, com este Governo, tem havido uma maior preocupação com o setor. A agricultura é o pilar de qualquer economia e não há um país economicamente forte que não tenha uma agricultura forte.

E quanto ao futuro da Quinta da Borgonha?

Vamos avançando. Dirijo mais duas empresas complementares, uma de consultoria, que também faz importação de equipamentos, e lancei uma *start up* para explorar turisticamente duas casas que comprámos no centro histórico. O futuro passará pela interligação entre estas atividades.

informação para compararmos os custos. Aqui, em Portugal temos sempre a ideia de que a “a erva do vizinho é sempre mais verde”, que “a galinha do vizinho é mais gorda que a minha” ou que “lá fora é que é bom”. E, neste caso, da produção de leite, isso não é tão verdade quanto isso. Nalguns casos, o custo de produção é mais alto por causa da mão de obra, que, infelizmente, em Portugal é baixo, mas, por outro lado, não temos preço de quota leiteira, como, por exemplo, a Holanda. Por isso, é preciso trocarmos informação, e olhar para a “nossa galinha” e tentar engordá-la. É essencial e muito interessante este trabalho de *networking*, ou seja, de conhecermos como trabalham as pessoas noutras zonas e trocar experiências para melhorar.

À luz também dessa partilha de informação, qual deveria ser a mudança estrutural para esse setor tradicional português, que é o do leite?

O caminho deveria ser o de haver mais unidades de indústria e não um quase monopólio, como existe. Hoje, quem nos compra o leite são três ou quatro empresas. Isso limita os produtores, com o risco de haver por parte dessas empresas um acordo de preços, o tal cartel. Por exemplo, é muito estranho que um produtor com 500 ou 600 vacas, com uma produção bastante grande, não seja aliciado por uma ou duas empresas compradoras, o que revela que há acordo entre eles. É suspeito. Por outro lado, deveria ser impulsionada, em zonas de pouso de terra, a produção de palhas. Ao nível do país, não faz sentido importar palhas, que é um subproduto dos cereais, quando temos zonas, como Trás-os-Montes e o Alentejo, onde se poderiam produzir, beneficiando toda a gente, até o PIB, porque essa importação pesa na balança comercial do país.

Que quantidade de leite produz na sua exploração agrícola?

Atualmente, temos 150 vacas em produção de leite, que na última campanha produziram 1,6 milhões de litros.





Conversa com...

● António Lino Neto

Crédito bancário é difícil

As terras da família, no Alto Alentejo traçaram o caminho que levou António Lino Neto a deixar Lisboa e a instalar-se no Gavião, no distrito de Portalegre, criando uma exploração agro-pecuária, onde cria 600 vacas adultas e novilhos.

Indo contra a corrente existente entre os agricultores, é um jovem a trabalhar num subsector tradicional, com uma exploração de sequeiro e com gado bovino. Foi uma escolha? Porquê?

Foi uma escolha porque, sendo Portugal deficitário em todo tipo de carne, seria uma mais-valia esta atividade, mas também fui muito motivado pelo tipo de terras de família que tive ao meu dispor e que atualmente exploro, juntamente com outras, em regime de arrendamento, num total de seis herdades.

Nessa área, não há um certo conflito de gerações?

Há. Não diria conflito, mas quase todos os agricultores que tenho à minha volta são pessoas mais velhas que eu.

E em relação à formação técnica, há também diferenças?

Sim, mas apesar de os mais velhos, na generalidade, não terem formação de nível superior, têm sempre conhecimentos pragmáticos essenciais. Às vezes, nós, da geração mais nova, queremos inovar muito e isso nem sempre dá os melhores resultados. Obviamente que temos de inovar, mas ouvindo sempre os mais velhos.

Qual foi a principal dificuldade que sentiu quando iniciou a atividade?

Quando comecei a desenvolver o projeto de Jovem Agricultor (AGRO) em 2004/5 não havia cativação das verbas. Ou seja, fazíamos o investimento e o retorno demorava muito tempo. Nós conseguimos ter êxito, mas sei de muitas pessoas que tiveram dificuldades. Agora, as regras já não são bem assim, felizmente.

A implantação nos mercados tem sido complicada para si?

Não, tive a sorte de ter pessoas conhecidas no ramo e houve ajuda entre todos. Atualmente, temos vários canais de escoamento, incluindo as grandes superfícies.



Sente falta de formação técnica continuada?

Temos de ser nós a procurá-la. É preciso ir atrás do conhecimentos e não ficar à espera que nos venham bater à porta a explicar como devemos melhorar. Temos de ter consciência das nossas fragilidades e procurar aperfeiçoar o mais possível.

Os apoios existentes são incentivos suficientes para atrair os jovens ao mundo rural?

Os incentivos que existem são bons. A grande dificuldade na instalação no campo é o acesso à terra. Mesmo com a bolsa de terras, é difícil. Pessoalmente, não tive esse problema, mas sei que ele existe. Além disso, vir viver para o campo implica sacrifícios ao nível de algumas comodidades que tem a cidade.

E para se manterem na agricultura, que é preciso mais, além da força de vontade e da persistência?

É preciso querer muito, ter a família a apoiar e aproveitar as ajudas para os jovens agricultores, que são boas. A agricultura tem sido o setor mais apoiado e não nos podemos queixar.

O acesso ao crédito para financiamento também funciona bem?

Isso é que é mais complicado. Não basta ter vontade, é preciso ter condições financeiras, sobretudo para o arranque inicial. E são essas dificuldades que muitas vezes fazem as pessoas recuar. É muito difícil conseguir crédito bancário.

Tem projetos de expansão do negócio?

A nossa atividade principal é a agropecuária, com bovinos de carne em modo de produção biológico e com autossuficiência de forragens para os nossos animais. Associado a isso, temos uma área de prestação de serviços e vendemos alguns excedentes de forragens. Ainda em projeto, está uma casa de campo para turismo cinegético e equestre. É uma atividade paralela, que será integrada na exploração.



Entrevista a Organizações do Setor

Pontos de Vista

Entrevista a...

● Ricardo Brito Paes

Presidente da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP)



Temos uma nova geração de jovens agricultores

Apesar das medidas de apoio à instalação de jovens agricultores nas últimas décadas a renovação geracional não tem sido conseguida, antes pelo contrário, tem vindo a deteriorar-se. Como explica esta tendência negativa?

O que se verificou, um pouco por todo o país, na minha opinião, é que apesar dos prémios interessantes para a instalação dos jovens agricultores, muitos terão cumprido os requisitos durante os cinco anos obrigatórios mas não ficaram. Quem continuou na agricultura foi o pai ou o avô, que efetivamente usufruíram dos apoios. Hoje, ninguém terá ilusões de que isso aconteceu. E portanto o objetivo principal do apoio, do rejuvenescimento do setor, acabou por se desvanecer. Mas essa situação que permitia, até há pouco tempo, ao jovem instalar-se sem fazer qualquer tipo de investimento alterou-se e ainda bem. Foi-se aprendendo e nos últimos quadros comunitários houve, de facto, um grande número de instalações, sobretudo no último,

que bateu todos os recordes. Efetivamente, nas estatísticas o país continua a ter um setor muito envelhecido, com uma média de idade muito alta, mas penso também que apesar de a agricultura ser uma atividade apaixonante, o nosso país não está preparado para que um agricultor possa se reformar e ter um fim de vida condigno. A realidade é que a agricultura sempre foi um parente pobre da economia e uma atividade desvalorizada e pouco atraente para os jovens. Hoje em dia, a realidade é completamente diferente, embora continue a ser uma atividade muito dura.

Nos últimos anos tem se registado uma crescente entrada de jovens na agricultura, procurando novas culturas, novos mercados e com elevado desempenho empresarial, não obstante as inúmeras dificuldades que parecem persistir. Que leitura faz desta situação?

A AJAP tem defendido que este crescendo tem o seu início na crise que o país atravessou. Claro que o problema do desemprego entre os recém-licenciados já vem de há muito tempo mas acentuou-se com a crise, provocando uma mudança de mentalidades. Se há uns anos tínhamos um montante atribuído a fundo perdido, sem a obrigatoriedade de qualquer investimento, o que aconteceu a partir de 2010, quando se deu a reviravolta, foi que o valor do prémio passou a ser uma percentagem do valor total do projeto de investimento. Foi isso que aconteceu e ainda bem, pois queremos que haja, de facto, investimento na agricultura. As estatísticas vão mudar e acredito que entre os 100 jovens agricultores que agora entram vão ficar 50 ou 60, quando antes ficavam 20 ou 30. O perfil do jovem agricultor de hoje não tem nada a ver com o perfil do jovem agricultor de há 10 anos. Antes tínhamos um jovem agricultor muito por continuidade geracional, o pai, o avô eram agricultores. Depois tivemos uma fase de jovens agricultores que não ficaram pelo 12.º ano e tiraram um curso superior na área da agricultura (agronomia, produção agrária, zootécnica). E agora temos uma nova geração de jovens agricultores, quase todos licenciados noutras áreas, grande parte deles, o que dá uma abertura e uma visão que lhes permite ser mais ambiciosos. Claro que existem dificuldades.

Mas considera que os jovens agricultores têm encontrado uma resposta adequada às suas dificuldades?

A AJAP tem sido grande defensora de que neste novo quadro não seja implementado o mesmo modelo de apoio, nomeadamente, na vertente da formação, que não tem sido a adequada. Como jovem agricultor eu senti isso quando fiz o meu projeto. Foi de facto muito facilitado mas a realidade é que quem não tem contacto com a agricultura precisa de ter alguma

formação para estar preparado para uma série de situações. Embora, a verdade é que as estruturas também não estavam à espera deste *boom* que houve, nem preparadas para dar resposta em áreas que não são as tradicionais. Cogumelos em tronco, figos da índia, maracujá, caracóis, plantas carnívoras, são, entre muitas outras, culturas a que não estávamos habituados. O que acontecia, muitas vezes, era que o próprio projeto na parte formativa, nas áreas que são obrigatórias, não tinha ninguém para dar essa formação e, além disso, havia também uma exigência de um número mínimo de formandos, o que era às vezes um problema.

Qual tem sido o papel da AJAP na resolução das dificuldades dos jovens agricultores e na defesa de uma agricultura jovem e sustentável?

Nós temos batalhado muito para que haja um acompanhamento técnico sério aos jovens agricultores, que vêm com uma mentalidade diferente e vontade de se instalarem de facto. Mas lá está, para que fiquem é preciso que haja apoio e acompanhamento. Nós queremos que os nossos jovens agricultores tenham um acompanhamento que vá para além da elaboração do projeto. Defendemos um modelo em que os custos do projeto, do início ao fim, sejam elegíveis no projeto apresentado. A AJAP tem gabinetes abertos pelo país inteiro com técnicos de terreno que acompanham os jovens agricultores nas suas explorações agrícolas, sendo mais fácil ao técnico apoiar um jovem numa área onde existam mais dois ou três. Onde temos estes gabinetes tentamos criar parcerias e trabalhar com as universidades mas há um afastamento muito grande do ensino à prática. É cada vez mais necessário que a prática esteja muito presente na teoria. No nosso país praticamente não existe investigação agrária. É natural que os nossos jovens agricultores procurem contacto lá fora para obter informação e trocar experiências. Mas, atenção, a nossa agricultura evoluiu muitíssimo. Temos um país fantástico, podemos produzir quase tudo, mas nunca muito. Os nossos agricultores têm de se juntar; para vender, para comprar, para tudo. E aí o PDR2020 poderá ser um passo interessante, ao nível do apoio a iniciativas de organizações de produtores. Será preciso agilizar mas penso que nos próximos anos vai manter-se a tendência de crescimento. Também temos estado também a trabalhar muito numa nova figura, o Jovem Empresário Rural, que permitirá a qualquer jovem instalar-se no meio rural para desenvolver a sua atividade. Esta nova figura está criada, faz sentido e será uma realidade a curto prazo.

Pontos de Vista



Entrevista a...

● Luís Mira

Secretário-Geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Organismo Intermédio na Tipologia de Intervenção Formação-Ação do Programa Operacional Potencial Humano (POPH)

A formação e qualificação dos jovens agricultores

O que identifica como essencial para a formação e qualificação do Jovem Agricultor?

No atual contexto de carência de emprego nos centros urbanos, no qual jovens com formação de nível médio ou superior em áreas bastante diversificadas procuram na atividade agrícola uma alternativa para o seu futuro, é sobretudo importante ter a noção da viabilidade económica das explorações agrícolas, a qual depende de múltiplos fatores, assim como possuir um conhecimento sólido das técnicas de produção. Por exemplo, um jovem licenciado em *marketing* ou em novas tecnologias da informação possui à partida valências importantes para vender o seu produto ou para implementar novos procedimentos tecnológicos, conhecimentos que nem sempre os agricultores mais velhos possuem. Mas, por outro lado, não tem à partida noção, por exemplo, do tipo de cultura mais indicado para determinado terreno ou dos riscos das condições climáticas.

É portanto essencial ter um espírito e uma atitude empresarial ao enveredar por uma atividade que não é fácil e que não pode ser levada com leviandade, sem a ponderação de todos os custos dos fatores de produção, inerentes ao setor agrícola no nosso país e sem considerar as vantagens e as desvantagens, por exemplo, de optar por uma determinada cultura em detrimento de outra. Por outro lado, é fundamental deter um conhecimento técnico adequado, não apenas a um setor que tem

naturalmente as suas especificidades, mas também às particularidades de cada cultura. O nosso país possui uma agricultura bastante diversificada, ao contrário de alguns países que concentram a sua produção em poucos tipos de produção, pelo que quem pretender dedicar-se a esta atividade deverá inteirar-se do tipo de cultura predominante na sua região, assim como na sua zona e terreno em particular, antes de tomar uma opção que tenha em conta apenas uma preferência, uma apetência pessoal, ou uma oportunidade de mercado esporádica.

Para além disso, eu diria que um aspirante a agricultor deverá, na atualidade, ponderar muito bem as condições de financiamento que possui para iniciar a sua atividade e avaliar todas as implicações financeiras relativas ao desenvolvimento do seu projeto. Um conhecimento sólido do mercado e das alternativas para escoamento da produção, particularmente tendo em conta os preços praticados e a sua previsível evolução, é também um aspeto muito importante para um jovem agricultor.

Finalmente, tendo em conta a conjuntura que atravessamos e o condicionamento do mercado interno, quem iniciar agora a sua atividade neste setor deverá começar imediatamente a pensar nas hipóteses que tem para eventualmente vir a exportar parte da sua produção.

Qual a importância do acompanhamento para o sucesso dos projetos dos Jovens Agricultores?

O acompanhamento técnico é essencial para a prossecução dos projetos e para o sucesso de qualquer exploração neste setor. Será através de um acompanhamento permanente que os jovens agricultores poderão detetar dificuldades e antecipar soluções técnicas que lhes permitam ultrapassar situações difíceis, antes de os problemas se tornarem eventualmente incontornáveis. Por outro lado, o acompanhamento é fundamental para cumprir as regras da Política Agrícola Comum (PAC), que são tecnicamente complexas, particularmente para quem inicia a sua atividade, no sentido de poder beneficiar dos apoios desta política no quadro europeu.

Com efeito, são inúmeras as normas e procedimentos impostos aos agricultores, nomeadamente em matéria de segurança e qualidade alimentar, bem-estar animal e ambiente. Neste caso, sem um acompanhamento técnico eficaz, um jovem agricultor recentemente chegado a esta atividade fica imediatamente em desvantagem quer em relação aos seus colegas portugueses, quer relativamente aos agricultores europeus, com os quais tem de competir no mercado. É também por este motivo que se torna importante integrar o movimento associativo, o qual possui meios e *know-how* específicos para esclarecer e apoiar os agricultores, à medida que as suas explorações agrícolas vão evoluindo e à medida que a política agrícola, no plano europeu e no âmbito nacional, impõe regras e procedimentos específicos perante cada situação. A CAP é uma organização de

cúpula do associativismo agrícola, que aliás possui, por exemplo, um serviço específico de aconselhamento agrícola, destinado precisamente a apoiar os agricultores nestas questões, mas através das diversas entidades associativas que integram a sua estrutura, os agricultores podem também aceder a informação e aconselhamento de diversa ordem e sobre múltiplas questões.

Da experiência recolhida na execução do programa de formação-ação e dos resultados obtidos, como avaliam e podem perspetivar o seu interesse e aplicabilidade ao processo de formação e de acompanhamento na instalação dos jovens agricultores?

Destacaria, neste caso, sobretudo as ações que incidem sobre duas matérias específicas de grande relevância para os nossos agricultores ou para quem está a iniciar a sua atividade no setor agrícola: a contabilidade e os sistemas de regadio. A questão da rega é fundamental para a agricultura que se pratica no nosso país e na orla mediterrânica de uma forma geral (ao contrário do que acontece na generalidade países do norte da Europa, que não precisam regar para poder produzir). O regadio tem custos associados consideráveis, quer no que respeita ao próprio preço da água, quer no que concerne à energia elétrica necessária ao seu bombeamento. Deste modo, a formação sobre os sistemas de regadio, assim como sobre as regras e princípios contabilísticos fundamentais a uma boa gestão empresarial, permitem ao jovens identificar as culturas nas quais o resultado será positivo e aquelas em que deverá ser efetuada uma reconfiguração do projeto, em função dos custos inerentes a cada tipo de produção agrícola.

Que propostas apresentou a CAP para o PDR 2014-2020 neste âmbito o que planeia a CAP para a formação/qualificação/acompanhamento do Jovem Agricultor?

A CAP tem vindo a desenvolver ao longo dos anos um vasto e importante trabalho de apoio aos jovens agricultores, como é do domínio público, nomeadamente no quadro do PRODER que agora termina. Também no domínio do novo regime de aplicação da ação 3.1. «Jovens Agricultores» do novo PDR, a CAP tem vindo a dar o seu contributo no sentido de definir a melhor forma de aplicar as novas regras e os novos princípios e procedimentos a aplicar ao estabelecimento de jovens agricultores e apoiar à implementação dos seus projetos.

Assim, a CAP tem apresentado as suas propostas em matérias diversas neste enquadramento, como as questões relativas à formação profissional, aos critérios de elegibilidade dos beneficiários e de seleção das candidaturas, à forma, nível e limites do apoio a estabelecer, às obrigações dos beneficiários, à apresentação de candidaturas e à formação agrícola complementar, entre outros aspetos.



Entrevista a...

● Luis Saldanha

Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural (CNJ)

RURBAN: apoiar de forma integrada projetos de vida dos jovens

A instalação de jovens agricultores é ainda um fator importante na dinamização das zonas rurais. Apesar das medidas de apoio à instalação de jovens agricultores nas últimas décadas a renovação geracional não tem sido conseguida, antes pelo contrário tem vindo a deteriorar-se. Como explica esta tendência negativa?

Portugal tem um problema demográfico, de envelhecimento da população, grave, extensível a toda a sociedade, a que o setor agrícola, entenda-se em *lato senso*, não é alheio. Por outro lado a agricultura, à exceção dos últimos 6 ou 7 anos, teve sempre uma imagem pouco favorável, e não era tida como importante, na sociedade como na economia. Se associarmos o menor rendimento obtido, em comparação com outros setores, como a construção, o acesso ao mercado, com o surgimento das grandes superfícies e as dificuldades de acesso à terra em muitas regiões, contribuíram, entre muitas outras razões, para a situação referida no início.

E que medidas devem ser implementadas para alterar esta situação?

Como forma de minimizar o que se tem verificado nos últimos anos, será importante que se veja a agricultura de uma forma integrada com a região, entenda-se como território e tudo o que está associado, e não numa mera lógica económica ou produtiva, permitindo assim a criação de emprego e riqueza em todas as áreas relacionadas: produção, distribuição, turismo, cultura, restauração, etc. Por outro lado, será necessário a manutenção de condições de vivência nos territórios, como a manutenção de serviços públicos,

ligados à educação, saúde, entre outros, assim como um envolvimento das autarquias, como já acontece com algumas, com políticas ativas facilitadoras de acesso à terra. Importante também, será interligar estas iniciativas com as Universidades, Politécnicos e Escolas Profissionais, com projetos como o RURBAN, que possibilitem a fixação dos jovens que iniciaram a sua formação na área agrícola e que pretendam fazer deste setor um projeto de vida. Por último que se continue com políticas públicas de apoio à instalação de jovens agricultores, com simplificação dos processos e redução dos custos de contexto, e que a situação que se verificou no último quadro comunitário, em que se instalaram o dobro dos Jovens Agricultores previstos inicialmente, não seja uma situação conjuntural mas estrutural. Mas isso, só o tempo o dirá.

De que maneira o projeto piloto RURBAN promovido pela CNJ pode apoiar os jovens agricultores?

O Programa RURBAN é neste momento um Programa-Piloto promovido pela Rede RURBAN que reúne câmaras municipais, associações de desenvolvimento, escolas profissionais e estabelecimentos do ensino superior. Com enfoque territorial na Beira Interior o programa tem por objetivo central apoiar o acolhimento e a instalação de jovens em meio rural a partir de uma orientação integradora das ações que são levadas a efeito, quer nos locais de acolhimento quer em meio urbano.

As referências estratégicas do Programa são o desenvolvimento local sustentável e a cooperação territorial interinstitucional partilhada, ou seja, o programa rejeita a visão pulverizadora e casuística nos apoios aos jovens agricultores e aos chamados neorrurais e preconiza uma abordagem aos projetos em meio rural que combine os interesses do território, o desenvolvimento económico sustentável, as necessidades diversas dos promotores das novas iniciativas que vão para além do projeto de emprego ou de empresa. Devem colocar-se também no plano da habitação para a família, das escolas para os filhos, do sistema de saúde local e de todos os serviços de proximidade exigíveis a um novo projeto de vida de base local. Neste momento estão envolvidos na construção partilhada da rede RURBAN, em níveis apesar de tudo diferenciados, as Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova, do Fundão, de Castelo Branco, da Covilhã e de Proença-a-Nova, as associações de desenvolvimento e de intervenção social Coolabora e Ecogerminar, a Escola Profissional Agrícola da Quinta da Lageosa, docentes da UBI – Universidade da Beira Interior, a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova e juntas de freguesia dos concelhos mencionados.

Apesar de se encontrar na fase piloto, o programa está em interação com as dinâmicas europeias neste campo de ação, tendo a CNJ participado na recente Conferência Europeia sobre políticas de acolhimento e atração em meio rural, que teve lugar no passado dia 12 no Comité das Regiões em Bruxelas. Por outro lado está assegurada a presença portuguesa no Primeiro Salão Virtual do Viver e Trabalhar em Meio Rural, que terá lugar nos dias 21 e 22 de Novembro, a partir do site www.projetsencampagne.com.

Opinião de...

● José Mota Alves

Presidente da Direção da Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA)



As ADL e os jovens

O mundo rural português necessita de imaginação e de inovação para se transformar em polo de atração para os mais jovens, nomeadamente os que possuem formação de nível superior ou especializações formativas que permitam criar grupos de massa crítica, capazes de introduzir mais-valias nos processos de produção agrícola e de transformação, associadas à complementaridade do rendimento e que permitam a criação de riquezas transacionáveis.

Verifica-se que os territórios rurais têm merecido uma atenção cuidada e de grande interesse por parte dos jovens para criarem as suas empresas agrícolas ou outras de novas atividades, que tradicionalmente se instalavam nas zonas urbanas ou periurbanas. Esta demonstração de interesse tem sido cuidadosamente acompanhada pelos agentes locais, salientando-se entre estes as Associações de Desenvolvimento Local que têm sabido interpretar esta potencialidade com o seu conhecimento do território e com a experiência adquirida pelo trabalho de proximidade, desenvolvido durante as duas últimas décadas. Estas associações têm colocando ao serviço do interesse nacional este saber-fazer e este saber-executar adquirido por metodologias de trabalho reconhecidas nos territórios pelas instituições públicas e privadas e pela população como o grande beneficiário do trabalho de missão que os técnicos e as organizações têm desenvolvido. O LEADER foi e é um exemplo de boas práticas, que os historiadores um dia haverão de estudar e registar para memória futura, o que foi e o que poderia ser se fosse permitido o crescimento que os intervenientes desenharam e discutiram em muitos momentos, principalmente as alterações entre passagens de estratégias comunitárias ou nacionais, nas fases cíclicas

de novos financiamentos. Este posicionamento poderá levar à justificação de existência de estratégias de longo prazo, nunca inferior a vinte anos, com as devidas adaptações temporais, monitorizadas e auditadas, que garantissem estabilidade indispensável à prossecução de planos plurianuais participativos, através de parcerias ou alargadas à população em geral. No passado, Portugal teve programas inseridos na extensão rural, para o qual existia uma Direção Geral que desenhava e incrementava política de inovação e de proximidade. Atualmente, estas só são implementadas pelas Associações de Desenvolvimento Local que têm sob a sua responsabilidade o LEADER como prática reconhecida de substituição do que foi um bom exemplo de desenvolvimento rural integrado. É necessário a contratualização do Estado com estes agentes do desenvolvimento local, onde o rural deve ter um peso diferenciador para garantir serviços de proximidade, ao nível da animação, da construção de parcerias, do apoio ao funcionamento de redes, no apoio à criação de políticas de emparcelamento de produtos e da produção e na procura de respostas que ajudem à fixação da população aos territórios rurais, evitando o despovoamento e consequente desertificação social e económica.

As Associações de Desenvolvimento Local portuguesas têm desempenhado uma função primordial e indispensável no desenvolvimento de ações onde a agricultura nunca foi esquecida e o desenvolvimento rural esteve sempre presente. A realização de atividades, através de seminários temáticos, fóruns ou tertúlias têm permitido que os jovens tenham refletido sobre o potencial agrícola do país, seja ele constituído por territórios de minifúndio ou de maior dimensão, com as especificidades de cada quinhão territorial. Por outro lado, permite que estes jovens apostem na implementação de projetos capazes de responder àquilo que esperam como iniciativa duradoura e de sucesso, onde o mundo rural é a alavanca dos seus interesses e do seu futuro.

A generalização efetuada deverá permitir uma pormenorização para que sejam mais concretamente compreendidas as afirmações, salientando para isso o papel que ATAHCA, como Associação de Desenvolvimento Local, onde o rural está sempre presente. Esta associação tem desempenhado no seu território, o Alto Cávado, iniciativas que têm permitido aos jovens repensar o potencial deste, seja na vertente agrícola, ou complementar ou até mesmo em qualquer outra onde essa componente não esteja presente. É esta diversidade que diferencia a importância da atividade destas associações das demais, pelo conhecimento espacial do seu território, pelo contacto direto com os agentes económicos e sociais, com a população e com a estratégia que as parcerias definiram para o desenvolvimento integrado e duradouro das suas zonas de intervenção.

A ATAHCA organizou, em parceria, iniciativas de informação, reflexão e debate, que permitiram aos jovens instalarem-se no território rural, nas áreas agrícolas, nomeadamente nos pequenos frutos, nas ervas aromáticas



Entrevista a...

● Vitor Barros

Engenheiro Agrônomo e Presidente
da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul

Estado devia incentivar associações para o escoamento

Com um percurso profissional e pessoal ligado ao desenvolvimento rural, Vitor Barros, engenheiro agrônomo e presidente da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, que foi um dos impulsionadores da recentemente formada Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural, no âmbito da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), considera essencial para a fixação de jovens agricultores que o Estado não feche serviços no interior do país.

A renovação geracional na agricultura não tem sido conseguida, pelo contrário, tem vindo a deteriorar-se, apesar de existirem, há trinta anos, medidas de política ativas de apoio aos jovens agricultores. Na sua opinião, que se passa?

Não podemos pensar em atrair jovens, em particular os jovens mais qualificados que estão agora a aparecer na agricultura com novas culturas e com novos processos e explorando novos mercados, enquanto se perdem serviços públicos no interior. Um casal jovem instala-se num concelho do interior e depara-se com a falta de escola para os filhos, de centro de saúde, de tribunal ou de repartição de finanças. Tudo isso desmotiva os jovens. Além disso, a obrigatoriedade de instalação a tempo inteiro, que existia antes, frequentemente afastava os mais novos. Acabava por ser uma instalação, que só servia para ir buscar o subsídio e os pais é que ficavam na terra. E muitos acabavam por desistir. Hoje em dia, com a abertura ao agricultor a tempo parcial, torna-se a instalação mais atrativa. Há muitos jovens que têm formação noutras áreas, com empregos precários e mal remunerados e a agricultura pode ser uma complementaridade, muitas vezes, aproveitando terrenos de família.

Esse pode ser um fator de atração?

Sim, mas os concelhos do interior do país perderam muitos serviços públicos e as pessoas estão muito apreensivas com isso.

e medicinais, na recuperação de frutos regionais, como aconteceu com o cidrão, na recuperação de receituário antigo de doçaria conventual, na transformação de produtos agrícolas, na defesa da floresta autóctone, no turismo no espaço rural, na instalação de microempresas e na dinamização e animação dos territórios rurais. A ATAHCA tem disponibilizado os seus espaços físicos para que as organizações de agricultores possam prestar apoio aos seus associados bem como a cedência dos mesmos para a realização de reuniões. Temos ainda constituídas parcerias para a realização de ações certificadas dirigidas aos empresários e aos agricultores, nomeadamente para a certificação de aplicador de produtos fitofarmacêuticos e formação especializada para jovens em primeira instalação. Caso se verificasse a inexistência destas instituições de desenvolvimento local, associada à extinção da extensão rural e à diminuição da intervenção de proximidade pelos órgãos desconcentrados do Estado, teríamos o país órfão de estruturas que respondessem àquilo que os mais jovens e os mais idosos aguardam como resposta aos novos desafios e como salvaguarda dos bens e cultura adquiridos, que devem ser legados como esperança para uns e como herança para outros.

O Acordo de Parceria apresentado por Portugal à comunidade europeia criou muitas expectativas, onde os portugueses depositaram confiança e esperança, sendo necessário acreditar que o país, através das suas organizações, será capaz de demonstrar que este quinhão, à beira-mar instalado, pode fazer o percurso na mesma carruagem da vanguarda como qualquer outro, esteja ele em qualquer um dos pontos cardiais da União Europeia. Os jovens depositam muitas esperanças no Acordo de Parceria e aguardam a desburocratização do modelo de decisão, a simplificação das formalidades, a participação no modelo de governança, a proximidade entre o decisor e o executor e o acompanhamento próximo durante a execução e o aconselhamento na pós-conclusão.

Com as Associações de Desenvolvimento Local, os jovens em particular, a população em geral, as organizações instaladas em meio rural e com parcerias fortes e o funcionamento em rede, poder-se-á dizer em voz alta que Portugal tem futuro, sendo para isso importante garantir que todos querem e desejam caminhar rumo ao desenvolvimento integrado e duradouro, que se espera para os próximos anos.

E a atividade cultural e de diversão são suficientemente estimulantes no interior?

Esse é outro problema. Um dado curioso, sintomático da situação que se está a viver no interior, é que os jovens estão a instalar-se ao longo dos eixos rodoviários principais, como a A25, a A24 ou a A23, de rápida mobilidade. Ou seja, para rapidamente poderem ir a um espetáculo ao Porto, Coimbra ou Lisboa ou para terem os filhos numa escola melhor na cidade.

Esse panorama que está a traçar pode revelar a inexistência de uma visão integrada para o problema?

Exatamente, tem de haver serviços e projetos culturais e os municípios têm de estar muito atentos a isso. Se nos municípios do interior, como por exemplo o meu, S. Pedro do Sul, não acarinharmos esses jovens, eles vão-se embora. Se as pessoas já não ficavam no interior, agora ainda mais difícil é, porque estão a fechar muitos serviços públicos.

As autarquias também precisam desse movimento de jovens?

Claro, contribuem para o repovoamento, para a criação de emprego, a animação do mercado local. Tudo isso é fundamental e estou muito preocupado com o que se passa, até em termos municipais.

Daí a criação recente, no âmbito da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), *Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural*, na qual o senhor esteve envolvido pessoalmente. Como nasceu essa ideia?

Nasceu da iniciativa de um pequeno núcleo de autarcas do interior, muito preocupado com os caminhos do despovoamento e da falta de iniciativa económica. Entre eles o atual presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Eng. Armindo Jacinto, que preside também à Secção. Pretende-se juntar autarquias com características semelhantes e empenhadas em criar condições para a fixação dos jovens. A Idanha é exemplar nesse empenho, mas há outros casos.

Por exemplo?

Na zona de Mértola e Almodôvar, há um projeto de valorização de recursos silvestres, como o medronho, cogumelos, figo-da-índia e esteva. É uma zona desfavorecida de baixíssima densidade, com imensas dificuldades, onde começaram a organizar-se fileiras e, hoje, têm dezenas de promotores e organizaram um centro de excelência para a valorização dos referidos produtos silvestres.

Essa experiência está a correr bem?

Está. No primeiro congresso que organizaram, em 2011, em Barrancos, havia 200 jovens numa sala. Foi extraordinário. Isto só acontece com muito empenho e apoio das autarquias. As autarquias têm um papel fundamental

e, por isso, têm de focalizar a sua ação no desenvolvimento rural. Daí a criação da Secção, para se começar a ter uma agenda e a reivindicar.

Que agenda e que reivindicações são essas?

Questões como a discriminação positiva nalgumas áreas (majoração dos apoios, diferenciação no investimento privado), na definição de políticas de ordenamento do território ou na fiscalidade. Além disso, é preciso que todos possam conhecer as experiências positivas de desenvolvimento rural que existem e que as autarquias e a ANMP ponham a questão agrícola na agenda. Com isso, promoverão o repovoamento, o rejuvenescimento e contribuirão para reduzir a assimetria entre o litoral e o interior. Tem de haver políticas ativas das autarquias e que essas não sejam comprometidas pelo estado central, como o fecho de escolas, por exemplo. Porque quando se fecha uma escola começa a fechar-se uma aldeia. Tem de se olhar para o interior e a Secção da ANMP vai obrigar a esse olhar.

Quanto ao papel do estado central para a fixação de jovens na agricultura. Que é preciso fazer?

O escoamento dos produtos é o grande problema. Por exemplo, em S. Pedro do Sul, começaram a produzir-se mirtilos em grande quantidade. E agora, como é que se vendem e a que preço? Apenas 8% dos jovens concentram a oferta de produtos para venda em agrupamentos de produtores. O Estado devia por uma tónica muito grande num programa de integração em cooperativas ou em outras organizações de produtores. A questão da concentração da oferta agrícola é uma preocupação manifestada publicamente pela ministra Assunção Cristas, porque temos dados muito abaixo dos outros países europeus. Mas é preciso passar das palavras aos atos. Os espanhóis publicaram recentemente uma lei de fomento da integração em cooperativas e associações e em Portugal devia fazer-se qualquer coisa do tipo.

O quê e como?

Eu teria uma conversa com a CONFRAGI, a Confederação das Cooperativas Agrícolas, para acertar formas de dinamizar o associativismo e envolvia-a nisso. Na minha opinião, o Estado devia incentivar o jovem agricultor que, quando vai pedir o apoio para a instalação, já tivesse um contrato firmado com alguma associação ou cooperativa, que garantisse o escoamento da produção. Se não for com políticas deste tipo, acontece como em S. Pedro do Sul, com agricultores a telefonarem aflitos a queixarem-se que têm 500 quilos de mirtilo sem saberem como o vender.

Mas não há uma tradicional resistência dos agricultores a formas de cooperação?

Sim, mas estamos a falar de gente nova, que tem outra atitude. Eles não podem entrar no espírito de que o seu produto é melhor que o do vizinho.





Opinião de...

● **Pedro Teixeira**

Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Acesso à terra – uma prioridade

Em algumas regiões do país, e coincidindo por vezes com as zonas mais produtivas, a dificuldade de acesso à terra é um dos obstáculos à instalação de explorações sustentáveis e economicamente viáveis, sendo também uma das principais barreiras a que os jovens se dediquem à atividade agrícola e florestal.

De acordo com o estudo “A instalação dos jovens agricultores: fatores que determinam o sucesso”, publicado em 2012, os inquiridos no que diz respeito à terra, referenciaram entre outras dificuldades, “...o valor muito elevado, quer da compra quer do arrendamento, a dimensão das parcelas e a falta de disponibilidade de terra...”, dificuldades que representam 2/3 do total identificado e apontaram como contributo motivacional para novos jovens aderirem à agricultura, a facilitação do acesso à terra, quer através da “...operacionalização de um banco de terras, quer através da penalização de quem não produz...”.

Por outro lado, a modalidade mais frequente de transmissão do património fundiário da exploração: “a repartição em partes iguais entre todos os filhos, trabalhassem ou não na exploração” deu prioridade ao relacionamento da família com a exploração—património, convertendo a exploração familiar na exploração da família e originando explorações de dimensão reduzida. Assim, a fragmentação acentuada da propriedade é o resultado deste modelo de subdivisão de foro privado e de heranças dos direitos reais de propriedade, que ocorreu e atravessou várias gerações e está relacionado, em muitos casos, com a pluriatividade associada às explorações familiares ou ao autoconsumo. São vários os estudos que referem a existência de uma dimensão crítica nas explorações agrícolas, relacionada com a falta de rentabilidade e que contribui marcadamente para o abandono da produção agrícola.

Neste contexto, a promoção do acesso à terra e de informação sobre o mercado de terras, nomeadamente para apoio à instalação dos jovens agricultores ou o aumento da dimensão de explorações existentes, constitui-se como um desafio estratégico nacional que apela à articulação entre os agentes que intervêm no território e na estruturação fundiária, visando a definição de medidas que favoreçam estes propósitos e consequentemente potenciem o desenvolvimento das economias locais.

Neste sentido, as alterações ao arrendamento rural, cujo regime foi revisto em 2009 (Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro), vieram favorecer a mobilidade da terra, promover a modernização e o aumento da dimensão física e económica das explorações agrícolas e florestais e a sua capacidade de criação de riqueza.

Já a Bolsa de Terras, criada pela Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, surge como instrumento inovador de política pública, do Ministério da Agricultura e do Mar, que visa colmatar a dificuldade de acesso à terra e o redimensionamento das explorações, promovendo a instalação de explorações com sustentabilidade e economicamente viáveis através da afetação à produção agrícola, florestal e silvo pastoril das terras sem utilização, propiciando ainda condições para o início de atividade de novos agricultores, particularmente os mais jovens, visando o rejuvenescimento do tecido produtivo com impactes positivos no aumento da produção e na criação de emprego.

A Bolsa de Terras disponibiliza terras, para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência, pertencentes ao Estado, a Autarquias Locais ou a quaisquer outras entidades públicas ou privadas, e particulares, de forma absolutamente voluntária, às quais podem recorrer todos os interessados, sendo que no caso dos Jovens Agricultores, e decorrente da articulação com o PDR2020, o recurso a iniciativas públicas para facilitar o acesso à terra encontra-se priorizado nos critérios de seleção da operação 3.1.1 - Jovens Agricultores.

A Bolsa de Terras tem cobertura nacional, envolvendo 233 Entidades Gestoras Operacionais que asseguram a dinamização e divulgação, e operacionaliza-se através de uma plataforma eletrónica (<http://www.bolsanacionaldeterras.pt/>), através da qual e até 15 de novembro foram já disponibilizados 309 prédios rústicos para arrendamento e venda, totalizando uma área de 14.224,46 ha, e se transacionaram 45 prédios rústicos envolvendo a área de 2.044,10 ha. A Bolsa de Terras inclui também mecanismos de benefício fiscal, de entre os quais se destaca a redução em 75% dos emolumentos devidos por atos de registo para terras disponibilizadas na Bolsa.

Em conclusão, a sustentabilidade da produção agrícola em Portugal depende fortemente do rejuvenescimento da população ativa agrícola, pelo que é necessário melhorar a atratividade deste setor para os jovens através de apoios à primeira instalação e da promoção do investimento, mas também através de quadros jurídicos, entre outros, de natureza fiscal e de facilitação do acesso à terra, que permitam uma ocupação saudável e sustentável dos territórios rurais



Opinião de...

● **Pedro Soares**

*Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG UL)
e Docente do IGOT*

Jovens agricultores: regresso à terra ou transição rural?

O surgimento na Região Centro de cerca de 1200 novos projetos de jovens agricultores apoiados pelo PRODER (2008–2012), com um investimento de aproximadamente 123 milhões de euros, constituiu um movimento assinalável que pareceu contrariar a tendência estrutural de abandono da agricultura e do mundo rural, apesar de esta realidade corresponder apenas a pouco mais de 1 por cento da perda total de produtores agrícolas na mesma área geográfica, entre 1999 e 2009.

A mancha de maior concentração desses projetos na Região Centro está localizada nos concelhos servidos pela A25, principalmente os que mais se aproximam do nó da A1, o corredor urbanizado de Lafões (Oliveira de Frades, Vouzela e S. Pedro do Sul). Este facto determinou a opção por um estudo realizado nessa área que integra a NUTS III – Dão-Lafões, envolvendo um inquérito a jovens agricultores com uma média etária de 30,4 anos de idade. Aquilo que à primeira vista podia parecer uma espécie de “regresso à terra”, não é mais do que a consumação da “transição rural” enquanto fenómeno que está a levar à perda de hegemonia da agricultura nos territórios rurais, à multifuncionalidade do espaço rural e a um novo contexto social, cultural e de relacionamento com o urbano e com as infraestruturas, sobretudo as de comunicação.

Os rendimentos obtidos pelos jovens agricultores nas suas explorações

agrícolas podem ser resultado de dedicação exclusiva, fruto de uma opção profissional determinada pela persistência do desemprego. Contudo, os resultados do inquérito permitem perceber que a procura de um rendimento complementar a uma outra atividade principal constitui a motivação para o investimento na agricultura, também como forma de compensar a possível perda de proventos salariais na atividade original, normalmente ligada a um contexto claramente urbano.

Os novos empresários agrícolas podem ou não ter formação na área da agricultura, sendo certo que todos são obrigados a frequentar um curso de empresário agrícola após a aprovação do projeto financiado pelo PRODER. No entanto, são vários os licenciados em áreas curriculares sem ligação direta à agricultura. A falta de saídas profissionais ou uma certa prevenção em relação a uma possível perda de emprego a curto ou médio prazo coloca a agricultura como uma espécie de recuo para um “porto seguro”, para uma atividade económica que garanta um rendimento básico em caso de dificuldades laborais.

Nota-se, com peso significativo, a instalação de jovens agricultores em explorações pré-existentes que pertenceram a familiares. Desta forma, o prémio à primeira instalação pode funcionar como financiamento a essas explorações, sobretudo num contexto de grande restrição no acesso ao crédito bancário. Por outro lado, a transmissão ou cedência da terra por comodato, poderá constituir uma antecipação da passagem da exploração para familiares mais jovens, dando-lhe continuidade.

Seja nos casos de dedicação exclusiva ou nos de atividade a tempo parcial, procura-se que as explorações se localizem o mais próximo possível da residência. Mudar a residência para o local da exploração ou procurar terra em local que implicaria a mudança para lá, está fora de questão. O objetivo é poder aproveitar os espaços intersticiais com capacidade agrícola, sem dispensar residir próximo dos serviços próprios dos centros urbanos, mesmo que se trate de pequenos centros urbanos, como é o caso de Lafões. Esta situação é compensada pela fácil acessibilidade a vias de comunicação que permitem uma forte mobilidade com a rede urbana de nível superior. Esta é uma nova realidade que se desenha, mesmo em regiões onde a “transição rural” ainda sente algumas dificuldades na alteração das relações entre as pequenas economias rurais e os sistemas urbanos. A crise pode estar a desenvolver um efeito catalisador neste fenómeno que, longe de ser uma espécie de novo repovoamento dos territórios rurais, confere um efeito económico e social positivo a esses espaços, integrando o seu próprio processo de transformação.

O padrão geográfico de implantação dos jovens agricultores, transporta os territórios rurais para uma nova articulação com os territórios urbanos, e contribui para que a diferenciação seja cada vez menos económica, social ou cultural. Apesar de tudo isto, o abandono da agricultura e o despovoamento do mundo rural são persistentes.





Opinião de...

● Armando Sevinate Pinto

Engenheiro Agrônomo

Quinze conselhos a futuros jovens agricultores

Nota Prévia

Um novo agricultor que se instala assume sempre uma responsabilidade cuja importância pode determinar o seu futuro. Responsabilidade para consigo mesmo, para com a sua família e para com a sociedade em geral. A agricultura não é uma atividade fácil. Exige conhecimentos, capacidades específicas e sacrifícios, e está, como nenhuma outra atividade, rodeada de incertezas.

Os candidatos a jovens agricultores, devem estar conscientes da dedicação e esforço que lhe vão ser exigidos e preparados para muitas deceções que nem sempre serão compensadas pela formidável energia positiva associada a uma das mais nobres, livres e independentes atividades humanas, inseridas no processo produtivo.

É para esses, os candidatos a jovens agricultores, que sinto o dever de lhes transmitir algumas "dicas", como agora se diz, com o objetivo de os ajudar a refletir antes de tomarem decisões irreversíveis.

Ainda antes disso, aconselho-os vivamente a não darem o nome a candidaturas de instalações fictícias, para conforto financeiro de projetos de outros, mesmo que se trate de familiares próximos.

O apoio e colaboração familiar é normalmente muito importante, às vezes até indispensável, desde que associado ao propósito de um afastamento progressivo e à consequente abertura de espaço, de independência, de iniciativa e de responsabilidade, para o jovem agricultor.

Em primeiro lugar, os jovens deverão consultar e estudar atentamente a legislação aplicável, designadamente à instalação e ao investimento de jovens agricultores (acessível no site do PDR 2020: <http://www.pdr-2020.pt/>), bem como a que enquadra o apoio aos rendimentos (acessível nos sites do Gabinete de Planeamento do MAP: <http://www.gpp.pt/> e do IFAP: www.ifap.pt).

Se reunirem todas as dúvidas que a leitura atenta desses documentos lhes suscitarem, poderão mais eficazmente esclarecê-las, junto de alguém informado, ou de um consultor especializado.

Em segundo lugar, deverão assegurar-se que terão acesso, não só ao montante financeiro necessário para a componente de auto financiamento do projeto de investimento, como até a um pouco mais (20 a 40%), para os gastos relativos aos períodos intercalares entre reembolsos das ajudas públicas. Além disso, aparecerão inúmeros custos não previsíveis na fase de conceção de um projeto, sem esquecer que os apoios ao investimento não cobrem a maior parte dos custos de exploração até à produção e ao aparecimento das receitas (o montante do apoio à primeira instalação, normalmente não chega para tudo isso).

Em terceiro lugar, deverão procurar pôr-se ao corrente das diferentes atividades, agrícolas, pecuárias ou florestais, que isoladamente ou de forma combinada, tenham adequação agronómica à sua região e, sobretudo, às condições naturais disponíveis (ou suscetíveis de serem induzidas) no local onde poderão vir a instalar-se. Esse local deverá ser muito bem estudado, quer no que se refere às suas características físicas, climáticas e pedológicas, quer no que se refere a acessos, energia elétrica, existência de água subterrânea, serventias públicas e condicionantes ambientais.

Deverão também trocar impressões com agricultores experimentados, beneficiando criticamente da sua experiência. Devem, no entanto, proteger-se daqueles que pensam que só uma longa experiência pode formar um bom agricultor e que estão amarrados a ideias feitas, contrárias à inovação e ao progresso técnico/científico e avessos a uma visão do mundo, aberta e não preconceituosa.

Os jovens deverão aproveitar alguns desses conselhos, desde que sensatos. Mas devem também estar seguros das vantagens associadas à sua condição de jovens, quer na quebra de rotinas viciosas, na abertura a novos métodos e espírito de iniciativa, nas suas capacidades de trabalho, no acesso ao conhecimento e aos mercados, no âmbito de uma visão atualizada do mundo e do seu funcionamento.

Em quarto lugar, uma vez selecionada, uma ou várias atividades/culturas, deverão estudar os seus mercados, as previsões disponíveis relativas à evolução da oferta e da procura, quer mundiais, quer internas (importações e exportações desagregadas a 8 dígitos e publicadas pelo INE), canais de

escoamento, disponibilidade de conhecimentos especializados, a nível nacional e regional, evolução e volatilidade dos preços de mercado, ajudas públicas disponíveis, etc.

Em quinto lugar, deverão, por si sós ou com a ajuda de um consultor especializado, determinar o percurso técnico mais rigoroso possível de cada atividade, desde a obtenção da semente/planta/animal, até à sua entrada em plena produção. A seguir, atribuirão o valor de mercado a cada operação e calcularão, ao longo dos anos de duração do projeto, as despesas e receitas previsíveis. É indispensável fazerem uma análise de sensibilidade aos resultados, fazendo variar, com alguma intensidade, quer as produtividades físicas consideradas, quer os custos dos fatores de produção, quer os preços de venda dos produtos a produzir. Só assim se pode verificar o nível de resistência dos respetivos resultados económicos finais.

Em sexto lugar, deverão verificar se na região em que se pretendem instalar, existem, ou não, prestadores de serviços de qualidade adaptados às atividades previamente escolhidas. Igualmente, no que respeita a Associações, Cooperativas ou Agrupamentos de Produtores. Se existirem, poderá ser preferível o recurso a serviços externos em oposição à aquisição de algumas máquinas e equipamentos, normalmente muito caros. Devem contrariar, tanto quanto for possível, a tendência generalizada de se comprarem máquinas em excesso (todos gostam de ter sempre tudo o que precisam, sempre que precisam, sem depender de outros).

Em sétimo lugar, deverão verificar se necessitam ou não de mão-de-obra exterior e, caso necessitem, se ela estará disponível no mercado de trabalho local. Quanto ao custo do trabalho, quando fizerem as contas, nunca se esqueçam de incluir no ordenado de um eventual contratado, todos os custos adicionais, designadamente a contribuição patronal para a Segurança Social que ascende a 23,75% do ordenado bruto. O mesmo acontecerá com o vosso próprio ordenado se tiverem necessidade de o estabelecer, como será aliás aconselhável. A atividade em que se irão envolver deverá poder pagar todos os custos do trabalho, incluindo evidentemente o vosso, enquanto gerentes ou responsáveis. Não se esqueçam igualmente do custo do serviço da contabilidade obrigatória. (para que tenham uma ideia: com um trabalhador contratado, com o ordenado mínimo e com o vosso ordenado fixado em 700 euros por mês, o custo total anual, incluindo a contabilidade deverá ascender a cerca de 23 000 Euros).

Em oitavo lugar, é muito importante que avaliem as alternativas de se estabelecerem, como empresários individuais, sujeitos a IRS, Sociedade Unipessoal, ou Sociedade por Quotas, sujeitas a IRC. Qualquer dessas soluções tem custos muito elevados, mas também benefícios alternativos que convém estudar com um especialista em contabilidade. Ele deverá

propor-vos uma solução adaptada às circunstâncias particulares de cada um. Poderá até propor-vos uma solução diferente conforme o período de maturação da exploração agrícola que pensam desenvolver

Em nono lugar, devem ter sempre em consideração que o desenvolvimento real de um projeto nunca corresponde ao que é previsto "no papel". Há inúmeras contingências, geralmente desfavoráveis, quer porque a evolução climática não deixou executar atempadamente as necessárias operações ou obrigou a fazer outras não previstas, quer porque apareceram doenças ou pragas, ou reparações de equipamentos, não considerados nos projetos. Devem por isso fazer sempre uma reserva para imprevistos.

Em décimo lugar, uma vez informados sobre os pontos anteriores, chega a altura em que já decidiram sobre o que querem fazer e passam à elaboração do projeto, que deverá aliás ser a consequência de um plano estratégico de exploração. Para além de todos os orçamentos, normalmente rápidos e fáceis de obter, são também precisos licenciamentos e autorizações várias de organismos oficiais. Em geral, mesmo quando não são difíceis, são morosos. É essencial que evitem "martelar" os resultados económicos para apresentarem taxas de rentabilidade fictícias. Estarão a enganar-se a vós próprios se assim o fizerem. As contas devem ser feitas com o maior realismo que for possível e os resultados devem ser "blindados" para poderem resistir à maior parte das contingências. Evitem o vício do "já agora" porque não devem gastar dinheiro para além das necessidades só porque haverá subsídios públicos, mesmo que generosos. Tenham também em consideração que quase todos os valores orçamentados, podem perder a validade, uma vez que, desde que se apresenta um projeto até que o mesmo é aprovado e executado, decorre normalmente mais de um ano (às vezes, até mais do que dois!).

Em décimo primeiro lugar, sobretudo no caso de uma sociedade, lembrem-se de estabelecer um ordenado pessoal, como gerente, ainda que modesto, mas que, além de mais, vos insere no sistema de Segurança Social. Tentem também ser modestos em alguns itens, que, ainda por cima, nem são elegíveis ao apoio público, tal como é o caso da viatura pessoal.

Em décimo segundo lugar, por razões de prudência, não devem iniciar o projeto antes da sua aprovação e devem reconsiderá-lo se o mesmo não vier a ser aprovado para apoio público. No caso de ser aprovado, devem iniciar imediatamente o processo de contactos com mais do que uma empresa fornecedora do mesmo serviço ou equipamento. Trata-se de uma operação que deve ser feita com muita ponderação pois não é anormal acontecer uma variação de preços do simples para o dobro, para qualidades equivalentes. Convém-vos sempre, como é óbvio, gastar o menos possível, até porque, pelo menos 40% dos custos, estarão a vosso cargo.

Em décimo terceiro lugar, na execução do projeto é fundamental que comecem sempre pelo elemento mais direta e rapidamente produtivo e nunca por aquele de que só mais tarde necessitarão. A colheita e a transformação, vem sempre depois da produção.

Em décimo quarto lugar, é essencial que planeiem com rigor a sequência da execução/pagamento/reembolso, de modo a conseguirem minimizar ao máximo a utilização de capital próprio (que normalmente é alheio e bastante caro). Não se esqueçam que, para receberem os reembolsos dos apoios públicos, terão primeiro que pagar as respetivas faturas aos prestadores de serviços e fornecedores. Além disso, devem informar-se junto dos Serviços Regionais do Ministério da Agricultura sobre o tempo médio, que estará a decorrer nessa altura, entre uma submissão de despesas (normalmente em 4 fases) e os respetivos reembolsos parciais. Depois disso, contem prudentemente com mais dois meses.

A apresentação de despesas/reembolsos é uma operação muito delicada e burocrática para evitar possíveis fraudes. É por isso indispensável que todas as operações sejam bastante bem documentadas e que as regras sejam bem apreendidas e rigorosamente seguidas, com o indispensável apoio dos serviços de contabilidade. Não desesperem com o que vão certamente considerar um excesso de burocracia. Em parte terão razão mas não se esqueçam também que vão receber um montante muito substancial de dinheiro público a que poucos têm acesso.

Finalmente, uma vez instalados e iniciadas as atividades, insiste-se na prudência dos gastos e na necessidade de se relacionarem cordialmente com os prestadores de serviços, com os colegas de profissão e com as populações locais. É indispensável fazerem-se membros ativos das organizações de produtores apropriadas, analisarem toda a informação técnico/científica e económica, a que possam ter acesso, de modo a que estejam permanentemente atualizados e bem inseridos no meio profissional que escolheram. Além disso, é muito importante que instalem um sistema de contabilidade de gestão pessoal, independentemente da contabilidade oficial obrigatória e que procurem ter sempre em dia as vossas contas com fornecedores e obrigações fiscais, cujo peso excessivo irão causar-vos bastante desgosto. Nunca se esqueçam de pensar como irão viver antes de a vossa exploração começar a gerar resultados positivos.

Dito isto, não se assustem, não se deixem intimidar, aprendam com os vossos erros, sigam os vossos sonhos e intuições, sejam sérios, rigorosos e trabalhadores. Se assim fizerem, o futuro se encarregará de vos compensar com a possibilidade única de viverem com dignidade, através de uma das mais nobres, úteis e gratificantes profissões: a de agricultor.

Iniciativas

Iniciativa de...

● José Carvalho

No inovar é que está o ganho

José Carvalho deixou para trás a Gestão de Marketing para se dedicar ao cultivo de morango em hidroponia suspensa. A aposta valeu-lhe o prémio de "Projeto mais inovador da Europa" no Concurso de Jovens Agricultores, em 2012. O seu projeto chama-se Hortivolátil.

Chegar às 140 toneladas de morango por ano é o objetivo de José Carvalho, que se mostra confiante e animado com os resultados alcançados em tão pouco tempo. "Penso que agora já afinámos a máquina", afirma o jovem agricultor, de 33 anos, sublinhando que os primeiros dois anos foram de experimentação.

Decidido a criar uma exploração agrícola em terras da família em Mouquim, freguesia de Vila Nova de Famalicão, sem qualquer conhecimento da área agrícola ou influência familiar, revela que quando iniciou o projeto, em 2008, tinha apenas a ideia de produzir fruta. "Cheguei ao morango depois de muita pesquisa sobre o que produzir e como produzir, e também porque havia muito pouca produção na região, muito menos em hidroponia", esclarece.



Sentindo dificuldade em obter informação e “pouca abertura das pessoas” para produzir desta forma, José Carvalho visitou algumas explorações agrícolas em Espanha, e foi aí que teve conhecimento de um sistema hidropónico inovador, na altura ainda em fase de estudo, designado Sistema NGS (*New Growing System*).

“A hidroponia já existia em Portugal”, ressalva; “a inovação passou pela implementação de bandas de cultivo em sistema oscilante”, que cria uma situação perfeita de trabalho, pois as plantas cultivadas a 1,80 metros de altura baixam sessenta centímetros na altura da colheita, e permite uma total ocupação do espaço.

“Fomos os primeiros a implementar este sistema”, defende o responsável da Hortivolátil que conta atualmente com 200.000 plantas de morangueiro numa estufa de 10.000 metros quadrados (um hectare). “A grande vantagem é esta: conseguimos ter um número muito grande de plantas por hectare, comparado com a cultura tradicional de morango em solo”, explica o jovem agricultor que afirma que a diferença é de 200 mil plantas por hectare em vez de 60 mil.

Com produção ao longo de todo o ano, a Hortivolátil está a produzir cerca de 120 toneladas de morango por ano que coloca no mercado nacional nas grandes superfícies. Passada a fase inicial de estudo e experimentação mais intensa das variedades de morango e embora “estejamos sempre a testar novas variedades”, o jovem agricultor de Vila Nova de Famalicão revela que este ano está a apostar mais nas variedades Sabrina e San Andréas, ambas de reconhecida qualidade.

A exportação será o próximo passo, revela José Carvalho sublinhando que o seu objetivo sempre foi agrupar-se a outros produtores para exportar, sobretudo para o norte da Europa. Tendo em conta o panorama na região norte, onde há muitos projetos agrícolas a iniciar, acredita que poderão surgir nos próximos anos mais alguns hectares de morango em hidroponia, tornando ainda mais evidentes as vantagens de trabalhar em rede.

As medidas de apoio à atividade agrícola são muito importantes e “uma grande alavanca para iniciar um projeto”, mas a falta de informação e formação nesta área, bem como a demora na aprovação dos projetos e o

acesso ao crédito, causam alguma inquietação a este jovem agricultor que apresentou uma candidatura ao PRODER em 2008.

“Quando o projeto foi aprovado, passado ano e meio, eu já estava em Madrid a trabalhar em Gestão de Marketing, que é a minha área de formação”, recorda, admitindo que passados dois ou três meses estava de regresso a Vila Nova de Famalicão para “agarrar o projeto”. No entanto, foram tempos difíceis, acrescenta, porque para além da demora na aprovação, foi complicado ter acesso ao financiamento junto da banca. “Se não tivesse o meu pai ao lado para me dar as garantias bancárias necessárias não teria continuado o projeto”, conclui.

O projeto, com um investimento total de cerca de 550 mil euros, contou com quase 194 mil euros de apoio do PRODER, essencial para a aquisição das estufas e equipamento para a produção de morango em hidroponia suspensa, designadamente, sistema de rega e irrigação em altura, e permitiu a criação de seis postos de trabalho permanentes.

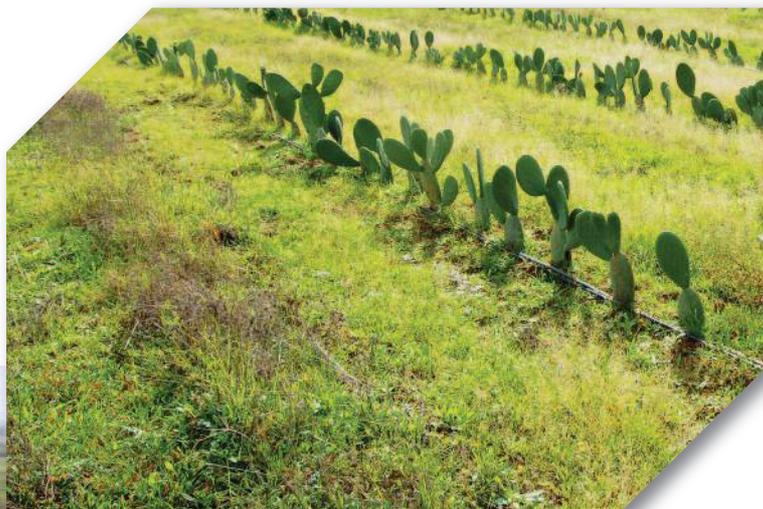
O caráter inovador deste projeto, que conjuga a exploração em pequenos espaços com índices elevados de produtividade, em condições ambientalmente sustentáveis, valeu à Hortivolátil a distinção de “Projeto Mais Inovador da Europa”, do Concurso de Jovens Agricultores, promovido em 2012.

“Foi extraordinário”, refere o jovem agricultor mais inovador da Europa, em 2012, que se dedica a 100 por cento à atividade agrícola. “Além do reconhecimento do valor do projeto a nível europeu e a nível nacional, proporcionou uma grande visibilidade ao projeto e deu a conhecer este sistema de cultivo, incentivando outros jovens agricultores a seguir o mesmo caminho”, conta, acrescentando que a Hortivolátil recebeu mais de mil visitas depois da atribuição do prémio.





Iniciativas



Iniciativa de...

- Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Ídanha 2025: uma aposta da autarquia

“Em Idanha há lugar para ti. Não emigres, migra.” É o ideal inspirador da campanha da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que tem sido precursora na implementação de uma estratégia de promoção da ruralidade como espaço de oportunidades. Os jovens têm sido o principal grupo-alvo das várias medidas criadas, em particular, os jovens agricultores, através da Incubadora de Base Rural, que conta já com 50 promotores instalados.

O ano de 2025 está na mira do discurso do presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto, que espera nos próximos 10 anos resultados concretos da estratégia concebida e implementada pela autarquia para promover o desenvolvimento socioeconómico do território. “O que temos feito nos últimos anos é sobretudo criar expectativas positivas”, afirma, explicando que este processo resulta também de todo o trabalho desenvolvido nos últimos 15 anos no concelho, em termos de investimento em infraestruturas e acessibilidades, e no âmbito da Agenda 21 Local. “Os resultados começam já a surgir”, diz o autarca de Idanha-a-Nova, entre os três concelhos de menor densidade do país, referindo alguns indicadores “muito interessantes” ao nível da educação, encarada pela autarquia como uma prioridade para a promoção da qualidade de vida, que presta diversos apoios às famílias, do berçário ao ensino superior.

Assumindo-se como motor do desenvolvimento, o município tomou a iniciativa e desencadeou uma série de respostas integradas, que promovem a fixação de população, sobretudo dos mais jovens, e incentivam o empreendedorismo. “A nossa expectativa é acompanhar a fixação dos jovens com medidas sociais que levem as pessoas a ver este concelho (que é o quarto maior do país em área) como um espaço interessante para viver e criar os seus filhos, com acesso a um ensino de qualidade, segurança, habitação económica, cuidados de saúde, e onde poderão concretizar o sonho de um projeto de vida”.

Acreditar nas suas gentes e nas suas capacidades é o designio de Idanha que olhando para o seu “pequeno mundo rural tem vindo a desenvolver múltiplos instrumentos de apoio ao empreendedorismo em diferentes áreas (agricultura, agropecuária, turismo, artesanato, indústria, economia verde, indústrias criativas), ajudando a implementar ideias de negócio em Idanha. A grande aposta da autarquia passou pela criação de três incubadoras – Incubadora de Empresas, **Incubadora de Base Rural** e Incubadora de

Indústrias Criativas – que garantem total apoio e acompanhamento aos jovens empreendedores que elejam Idanha para fixar morada e desenvolver projetos consistentes e inovadores, capazes de gerar valor e riqueza.

O primeiro passo é fazer uma manifestação de interesse junto da câmara municipal de Idanha que, dependendo da ideia e plano de negócio, encaminhará o potencial promotor para uma das suas incubadoras, onde “terão todo o apoio necessário para levar a bom porto as suas ideias”, garante Armindo Jacinto.

A pensar nos jovens que queiram instalar-se e poupar na construção da sua casa e do seu negócio, o município apostou no desenvolvimento da Casa Ecológica Sustentável – Modelo Idanha. Uma casa 100 por cento portuguesa, que visa proporcionar um espaço de habitação e local de trabalho de baixo custo, perfeitamente enquadrável na paisagem.

Um concelho seguro, dinâmico e com boas acessibilidades é a imagem que Idanha-a-Nova, situada entre Lisboa e Porto, com um rico património natural – inserido no Parque Natural do Tejo Internacional e no Geopark Naturtejo – tem vindo a ganhar nos últimos anos, e para a qual também muito têm contribuído inúmeros espetáculos de música e teatro, como o Boom Festival, cuja última edição registou 50.000 participantes de 160 países. De forma a assinalar também o excecional património cultural de Idanha, com uma forte identidade (re)construída no adufe – um instrumento musical com séculos de história em “Terras de Idanha” (denominação que distingue os produtos singulares, genuínos e de qualidade produzidos no concelho) –, está em curso a candidatura do município à Rede de Cidades Criativas UNESCO, a apresentar em março 2015.

Mas “acima de tudo, em Idanha, damos valor às pessoas e às suas capacidades, apoiando a educação e o empreendedorismo daqueles que, no futuro, aqui escolhem construir o seu projeto de vida”, defende o presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto, sublinhando que o ideal inspirador “Em Idanha há lugar para ti. Não emigres, migra” é para todos. “Para os que cá estão e para os que estão noutras paragens e que, antes de irem para outros mundos, poderão tentar concretizar em Idanha o sonho de uma nova vida, um recomeço”.



Incubadora de Base Rural

Da ideia ao projeto, inédito no país, vão três anos, duas fases de candidaturas, 149 manifestações de interesse, 50 contratos celebrados com outros tantos promotores, que ocupam 93 por cento da área total disponibilizada através da Incubadora de Base Rural (IBR), 547 hectares, para a implementação de projetos agrícolas nas áreas da horticultura, fruticultura, genética e melhoramento animal, aromáticas, apicultura.

Do total da área já atribuída, 89 por cento diz respeito a projetos apresentados por jovens agricultores, maioritariamente do distrito (Castelo Branco) mas também de fora (cerca de 25%), o que reforça a pertinência do projeto e da sua configuração, refere o autarca de Idanha, revelando que a área procurada excedeu a oferta existente em mais de 11 vezes. “Seriam necessários mais 6.000 hectares”, garante o autarca, adiantando que a câmara já está a negociar mais terras.

Proporcionar o acesso à terra, de forma acessível, através de parcelas destinadas a promover o desenvolvimento de projetos agrícolas sustentáveis, a experimentação de novas culturas e novos métodos agrícolas, é a estratégia da IBR, instalada na Herdade da Várzea (em plena área de regadio da Campina de Idanha-a-Nova), propriedade do Estado, e impulsionada pela câmara, em parceria com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Entre as várias culturas, destacam-se os pequenos frutos vermelhos, nomeadamente, mirtilos, com 22 produtores instalados e mais cinco em fase de instalação, podendo vir a ocupar 80 hectares no total, já organizados como OP (Organização de Produtores). O figo da índia é outra das culturas em crescimento, que tem oito produtores instalados, que ocupam 24 hectares. Prevê-se que 80 por cento da área dedicada às explorações instaladas seja trabalhada em modo produção biológica. Os promotores que integram a IBR podem ainda organizar a sua atividade e dispor de todas as valências e funcionalidades do Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, que dispõe de uma central hortofrutícola.

Os 50 contratos já celebrados, com duração de 10 a 20 anos, representam um investimento total de cerca de cinco milhões de euros e a criação de mais de 1000 postos de trabalho. Em plena produção, a IBR deverá gerir receitas brutas diretas de mais de 10 milhões de euros anuais.

Iniciativa de...

● Henrique Raposo

No reino Fungi, em terras de Idanha

O que leva um jovem a abandonar uma carreira profissional bem sucedida no estrangeiro e tornar-se produtor de cogumelos em Portugal? Principalmente a vontade de criar o seu próprio negócio, conta Henrique Raposo, que decidiu instalar-se na Aldeia de Santa Margarida, em Idanha-a-Nova, onde criou a BioBeirão.

Quando há uns anos, Henrique Raposo visitou uma exploração de cogumelos na Holanda, um dos países por onde passou como soldador de grandes estruturas, como submarinos e centrais nucleares, estava longe de imaginar que passado pouco tempo seria apontado como um caso de sucesso na produção de cogumelos em tronco na região centro do país.

A trabalhar há 10 anos em vários países da Europa, com vontade de regressar para criar um projeto seu, capaz de gerar alguns postos de trabalho, instalou-se no concelho de Idanha-a-Nova, na Aldeia de Santa Margarida, terra natal dos pais, onde em criança costumava participar na apanha de cogumelos silvestres, em particular, o *Trefezia arenaria*, vulgarmente conhecido por Alegrias, e deitou mãos à obra.

"Não foi fácil", revela o jovem empreendedor, de 33 anos, que começou por uma pesquisa intensa sobre a cultura na internet e contactos com alguns produtores, sobretudo holandeses e belgas. Em 2012, decidiu avançar com a apresentação do projeto, com um investimento total de quase 100 mil euros, à medida de apoio à instalação de jovens agricultores do PRODER para a produção em modo biológico de cogumelos em tronco, duas variedades de *Pleurotus* e duas de *Shiitake*.

Ultrapassadas as dificuldades iniciais na construção e licenciamento das

duas estufas (900 metros quadrados no total) num terreno junto à N233 que adquiriu para o efeito, e instalação de outros equipamentos necessários à atividade, entre os quais, painéis solares fotovoltaicos, que reforçam a vertente inovadora do projeto e a sua forte componente ambiental, foi possível arrancar com a produção, ainda em 2012, embora já numa época de frio pouco propícia.

Não tendo chegado aos 50 quilos no primeiro ano, o jovem agricultor está satisfeito com os resultados atingidos em 2014, com uma produção a rondar os 1000 quilos de cogumelo fresco e seco. "A maior dor de cabeça é a comercialização", refere, adiantando que Lisboa tem sido o destino da maior parte da produção, entregue nomeadamente em restaurantes, embora possa estar para breve uma primeira encomenda de um hipermercado de Castelo Branco. A exportação, especialmente para os países do Norte da Europa, é a sua maior ambição.

Henrique Raposo, que conta regularmente apenas com a ajuda da mulher, explica que recorre a mais duas ou três pessoas em momentos críticos, como a preparação dos troncos de carvalho e eucalipto, adquiridos na região, que depois de limpos são perfurados em vários pontos, onde são posteriormente inseridas as cavilhas com o inóculo (o micélio, isto é, a "semente").

Depois da inoculação, segue-se a fase de frutificação, que decorre na outra estufa, como explica o jovem empresário numa visita guiada à sua exploração agrícola. Naturalmente produtivos, os cogumelos necessitam apenas de humidade e temperatura adequadas, e muita dedicação para se obter os resultados desejados, esclarece, convicto daquilo que está a fazer. A falta de informação e canais de distribuição são os maiores constrangimentos da cultura, na opinião de Henrique Raposo que tem mantido o contacto com dois produtores do concelho vizinho de Castelo Branco, já que em Idanha é o único, com o objetivo de a curto/médio prazo ser constituída uma Organização de Produtores, essencial para assegurar a produção, concentrar a oferta e facilitar o escoamento, e ainda ao nível da formação e promoção, de forma a contribuir para o desenvolvimento da fileira. Apesar do crescente interesse e incremento da produção de cogumelos no nosso país, o consumidor português continua ainda muito distante destes fungos, presentes há séculos nas tradições culinárias quer de orientais quer ocidentais, de sabor e aroma muito especial, considerado "alimento dos deuses" na Roma antiga.





Iniciativas



Iniciativa de...

● Luís Manso

Physalis, um pequeno fruto com grandes aspirações

Luís Manso viu neste pequeno e delicado fruto uma oportunidade de negócio e fundou a Physalusa. Graças a uma boa estratégia criou uma rede informal de produtores, organiza workshops sobre a produção de Physalis e aposta na constituição de uma associação de produtores.

A *Physalis peruviana* é a variedade que está na origem deste projeto, criado e desenvolvido por um jovem e empreendedor agricultor, formado em Arquitetura Paisagista, a partir das terras da família em Caranguejeira, a 10 quilómetros de Leiria.

Luís Manso explica que concluído o curso, em 2010, com poucas ou nenhuma perspectiva de trabalho na área, se lançou nesta "aventura" quase por acaso. "Um dia ao chegar a casa deparei-me com esta fruta, que não conhecia, e fui investigar. Daí aos primeiros ensaios de produção foi um passo", revela.

Partindo de uma forte investigação bibliográfica e contactos com produtores do Brasil e Perú, embora também tenha tentado a Colômbia (o maior produtor e exportador de *Physalis*), Luís Manso avançou, ainda em 2010, com a produção em dois campos de ensaio (um com 2000m², outro 1000m²), onde foi testando a cultura (compassos de plantação, tempos de rega, adubação, etc.).

Ao mesmo tempo que as plantas da *Physalis*, da família das Solanáceas (a mesma do tomate), iam ganhando forma e fruto, o jovem agricultor procurou também perceber a aceitação do produto no mercado nacional em várias frentes.

A criação de um blogue e uma página no Facebook foram a estratégia que deu frutos, literalmente. Em pouco tempo, as duas plataformas revelaram-se excelentes ferramentas para aferir o potencial deste "novo" pequeno fruto, apostando na sua divulgação e promoção, e dinamizar a cultura em Portugal (na altura praticamente inexistente), cativando produtores e consumidores, e ainda angariar parceiros de comercialização.

Com pedidos de informação sobre a cultura da *Physalis* e a sua comercialização, quase diários, Luís Manso entendeu que a melhor forma de responder às inúmeras solicitações seria organizar *workshops* sobre a produção de *Physalis*. Estes encontros, de troca de informação e partilha de experiências, cuja realização se mantém até hoje de forma regular, com sucesso, permitiram ainda encontrar potenciais produtores para o desenvolvimento da cultura no nosso país.

"O meu objetivo sempre foi provar que nem sempre é necessário investir muito para iniciar a atividade", afirma Luís Manso, frisando que arrancou com 500 euros, que o obrigaram a pensar muito e a arriscar ainda mais ("porque sendo uma coisa nova está tudo por fazer", justifica), mas logo no primeiro ano já tinha multiplicado esse investimento por dez. "Haverá poucas culturas que permitem isto", remata.

Em 2011/2012, com ideias mais concretas, ao invés de aumentar o número destas plantas, bianuais, com cerca de 1,80 metros de altura em campo aberto, que apresentam um longo período de colheita (de junho/julho até dezembro/janeiro), Luís Manso decide virar-se para o apoio à comercialização, apostando numa rede informal de produtores, sem deixar a investigação e a produção na sua própria exploração.



No início eram seis, hoje são 15, mas ainda assim a produção deste coletivo de produtores (com áreas de cultivo a rondar – em média – as mil plantas), a maioria da região de Leiria, não chega para cobrir a procura deste fruto, de calibre muito pequeno (uma média de 4,5 gramas em média, sendo necessárias cerca de 200 a 250 frutos para atingir um quilo), segundo o jovem agricultor.

Canalizando a totalidade da produção da rede dos colaboradores (como lhe chama), cerca de cinco hectares, para as principais grandes superfícies do país, Luís Manso prepara-se para dar o salto, tendo este ano, 2014, dado o grande passo: a apresentação do projeto à medida de apoio à instalação dos jovens agricultores do PRODER.

“Penso que o meu caso é um pouco ao contrário, pois só agora, ao fim de três anos a produzir de forma experimental, é que me senti à vontade para apresentar o projeto”, sublinha Luís Manso que não pôs de parte a arquitetura paisagista.

Aumentar e otimizar a produção, criar condições de armazenamento e embalagem, são objetivos traçados neste projeto que permitirá iniciar a exportação, respondendo à elevada procura do (mercado) europeu, bem como evidenciar o potencial desta cultura, a ganhar crescente expressão em Portugal, segundo Luís Manso, que aposta ainda na constituição da Associação de Produtores de Physalis e Pequenos Frutos (APROFIS), essencial para a homologação de produtos fitossanitários e apoio aos novos produtores.

Iniciativas

Iniciativa de...

● Sérgio Constantino

Morangos e outras frutas com classe

“Tenho 37 anos de idade e 37 de agricultura”. A afirmação prenuncia a forte ligação de Sérgio Constantino ao setor agrícola, não só enquanto agricultor mas também como responsável pela empresa Frutas Classe, considerada PME Excelência 2012, 2013, 2014.



Natural da região do Oeste, afamada pelas suas frutas, especialmente, a inconfundível Pera Rocha, Sérgio Constantino cresceu em contacto direto e permanente com peras, maçãs e outras frutas que o seu pai, Américo Constantino, produzia e comercializava.

Não se lembra de dizer em criança que queria ser agricultor mas a verdade é que aos 18 anos já o era, tendo beneficiado do prémio à instalação de jovens agricultores. Mais tarde, em 2002, de forma a garantir a continuidade do negócio da família, é fundada a Frutas Classe.

“Destá forma ficámos a trabalhar os três juntos”, esclarece Sérgio Constantino que é acompanhado também pelo irmão, à frente da Frutas Classe, constituída por oito produtores associados da região do Oeste, e da exploração agrícola Maravilhas Soltas que entretanto criaram em Salir do Porto, Bouro, nas Caldas da Rainha, especializada na produção de morango.

“A região do Oeste é conhecida sobretudo pela produção de pera e maçã mas tendo nós um profundo conhecimento do mercado, sentimos necessidade de diversificar e decidimos apostar no morango”, explica Sérgio Constantino, acrescentando que “ao contrário das framboesas ou mirtilo, o morango é um produto de elevado consumo”.

Pretendendo tirar partido desta “janela de oportunidades”, ele e o irmão começaram então a adquirir pequenas parcelas de terra, mais adequadas à produção de morango, mais arenosos, o que não era o caso dos terrenos da família, e neste momento contam já com 35 hectares de produção de morango, 90 por cento em estufa e o resto ao ar livre, representando uma produção anual de cerca de 1.200 toneladas.



O objetivo é continuar a crescer porque “a procura ainda excede em muito a oferta”, revela o jovem agricultor/empresário que consegue colocar metade da produção no mercado internacional (Espanha, França, Suécia, Dinamarca, Polónia e Holanda). Por cá, as grandes superfícies absorvem facilmente os outros 50 por cento de morangos, cuja elevada qualidade reflete as excelentes e únicas condições climáticas da região, muito propícias a esta cultura.

“O principal calcanhar de Aquiles são as variedades”, afirma, apontando a falta de variedades adequadas ao nosso clima e ao mercado preferencial do norte da Europa e defendendo a necessidade de se apostar mais em investigação no nosso país, através de criação de parcerias entre empresas e universidades, pois “estamos a falar de um produto com enorme potencial, quer ao nível da criação de emprego, quer de valor para o país”. Na sua opinião, se este trabalho fosse aprofundado, dadas as boas condições do nosso país para a produção de morango, não só na região do Oeste mas também na zona de Odemira, dois territórios com um micro clima ideal para esta cultura, “os nossos produtores poderiam facilmente ir ao encontro das necessidades e estilo de vida dos holandeses, noruegueses e polacos”, destronando os espanhóis que não conseguem produzir a partir de maio até ao final do ano.

Com dois projetos de incentivo ao investimento aprovados, que representam mais de dois milhões de euros de investimento total e 920 mil euros de apoio concedido, Sérgio Constantino refere que “os apoios são sempre bem-vindos”, mas defende que “os projetos têm de ser viáveis sem os subsídios”. “Fazer projetos a contar com subsídios é um erro crasso”, afirma. Tendo vindo a assistir-se, nos últimos anos, a um crescente interesse pela agricultura, o jovem agricultor das Caldas da Rainha diz-se ainda muito preocupado com “a ideia – amplamente veiculada pela comunicação social – de que a agricultura é um oásis, quando não o é”.

Para Sérgio Constantino “a agricultura não pode ser encarada como um *hobby* mas como uma atividade profissional séria”, “gerida como qualquer outra”. Na Frutas Classe, para além da paixão “pelo que fazemos”, defendem-se a responsabilidade social e ambiental, a segurança, a negociação justa, “a qualidade e melhoria contínua dos nossos processos, produtos e serviços”, “e o desenvolvimento económico e social da nossa região”. Ser uma empresa de referência, a nível nacional e internacional, na comercialização de frutas de elevada e diferenciada qualidade, criando oportunidades de negócio e apostando na formação profissional dos produtores associados e na assistência técnica, ao nível da formalização de projetos de investimento, é o objetivo da Frutas Classe, distinguida com o estatuto PME de Excelência 2012, 2013, 2014.

Iniciativas

Iniciativa de...

● José Rui e Filipe Lopes

Canteiro da Luz



Hortelã-pimenta (Menta x piperita), Lúcia-lima (Aloysia triphylla), Salvia (Salvia officinalis), Segurelha (Satureja) e Estragão Francês (Artemisia dracunculus). São, para já, as Plantas Aromáticas e Medicinais da Canteiro da Luz, criada e gerida por dois irmãos que decidiram apostar em Modo de Produção Biológico.

A (nova) Aldeia da Luz, com vista privilegiada para o grande Lago, é o cenário desta pequena empresa agrícola criada pelos irmãos José Rui Lopes e Filipe Lopes, em 2012, com o objetivo de produzir e comercializar Plantas Aromáticas e Medicinais (PAM) em Modo de Produção Biológico (MPB). Pretendendo rentabilizar as terras da família, os dois irmãos – sem qualquer conhecimento do setor agrícola – José, 33 anos, era professor do 1.º Ciclo, Filipe, 36 anos, é assistente técnico da área da saúde -, iniciaram várias pesquisas sobre o que produzir e como, e algumas visitas a explorações, quer em Portugal quer no estrangeiro de forma a criar o seu próprio modelo de exploração. “O primeiro passo foi conhecer outras experiências e falar com produtores, procurando também avaliar o mercado”, recorda José Rui Lopes, explicando que não foi difícil chegar às PAM, dadas as características da exploração, dentro do perímetro de rega do Alqueva.

“Não havia ninguém a produzir PAM aqui no concelho de Mourão e, por isso, íamos ser também um pouco pioneiros”, diz, sublinhando que “o mais importante era revermo-nos neste tipo de agricultura, em respeito pelo ambiente e mais sustentável”.

Um hectare e meio de Hortelã-pimenta, Lúcia-lima, Salvia e Segurelha em MPB foi a aposta dos dois irmãos que beneficiaram da medida de apoio do PRODER para a instalação de jovens agricultores. O apoio concedido, cerca de 100 mil euros, foi “fundamental” para a plantação, a aquisição do sistema de rega gota a gota automatizado, máquina de corte e uma secadora

híbrida, que funciona tanto a energia elétrica como solar, graças aos painéis solares fotovoltaicos instalados na propriedade.

Uma média entre duas a quatro toneladas por hectare é a estimativa de produção dos irmãos alentejanos que vão este ano, 2014, enviar a sua primeira grande encomenda para França. Para já, é este o destino da totalidade da produção (ervas em seco a granel), explica, adiantando que o maior desafio da Canteiro da Luz é afirmar-se como marca própria.

Dadas as boas condições climáticas da região, que permitem fazer quatro a cinco cortes por ano, entre o início da primavera e os meses de outubro e novembro, o jovem agricultor acredita que é possível melhorar os níveis de produção que, não obstante, “está a superar as nossas expectativas”.

“Produzir bem, da melhor forma possível, é o nosso foco”, enfatiza o jovem agricultor que se dedica a 100 por cento à exploração, dizendo “que é preciso gostar mesmo disto, estar empenhado e muito disponível.”

A abertura à comunidade envolvente é uma das prioridades da Canteiro da Luz que tem um protocolo com o Agrupamento de Escolas de Mourão, promovendo a realização estágios profissionais e visitas pedagógicas na exploração, bem como *workshops* e ações de formação, atraindo assim também mais visitantes e turistas à região.

Ao mesmo tempo, a Canteiro da Luz é um dos parceiros da Academia das Plantas Aromáticas e Medicinais de Alqueva, que envolve também a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, o CEVRM - Centro de Excelência e Valorização de Recursos Mediterrânicos e a empresa Monte do Pardieiro, criada para a demonstração da produção de PAM em pequena escala, de forma a divulgar junto dos agricultores as diferentes possibilidades de produção na agricultura de regadio, os métodos de produção necessários e os processos de comercialização.

“Dias Abertos” é a iniciativa regularmente desenvolvida por esta parceria nas duas explorações agrícolas - Canteiro da Luz e Monte do Pardieiro - que visa precisamente envolver os agricultores e a comunidade em geral, através de ações de demonstração e sensibilização para o aproveitamento de pequenas parcelas agrícolas, bem como as potencialidades das Plantas Aromáticas e Medicinais, com inúmeras utilizações terapêuticas, que promovem de forma natural o bem-estar físico e emocional, mas também ao nível da gastronomia e cosmética.

Iniciativa de...

● Pedro Mogo

Temos de ver os apoios como um complemento ao investimento

Pedro Mogo apostou na produção de uma fruta subtropical, rica em gorduras monoinsaturadas, vitaminas, sais minerais e glutatona, um poderoso antioxidante: o abacate. Hass é a variedade predominante na sua exploração agrícola em Estoi, no concelho de Faro, Algarve.

O jovem agricultor, de 36 anos, formado em agronomia pela Universidade de Évora, conta atualmente com 11 hectares de abacateiros, mas pretende alargar o pomar “a mais dois ou três hectares” de abacates Hass, melhor aceites no mercado externo.

Espanha é o destino da totalidade da produção de abacate da Quinta Branquinho, que deverá atingir as 140 toneladas anualmente quando a totalidade da área estiver em ano cruzeiro, refere, explicando que daí os seus abacates seguem para outros países europeus, nomeadamente, França, Alemanha e Rússia.

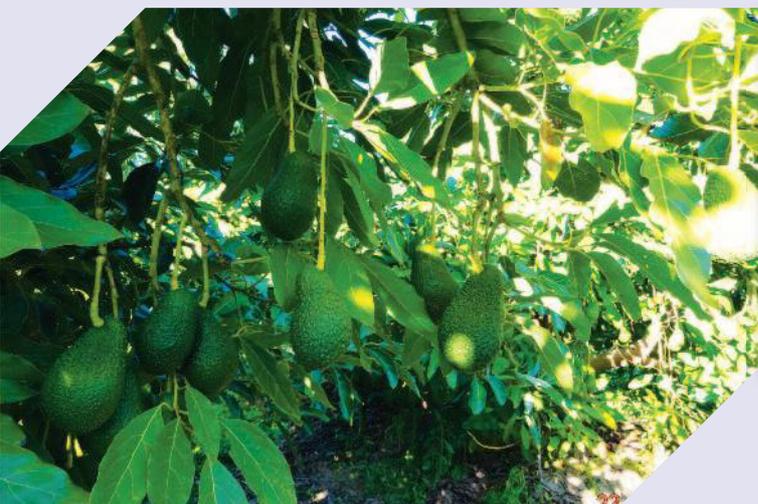
O facto do Algarve possuir excelentes condições para a cultura do abacate coloca Portugal numa posição privilegiada para a exportação desta fruta, ainda pouco conhecida e consumida no nosso país, mas muito procurada pelos nórdicos.

Comparando com os nossos vizinhos espanhóis, que “começando a apanhar em dezembro terminam em março, enquanto nós podemos ter colheita até abril ou maio”, Pedro Mogo faz questão de sublinhar esta “importante janela de oportunidade” para a exportação, que tem sido a grande aposta dos produtores do Algarve – a região que concentra o maior número de pomares de abacateiros em Portugal (cerca de 300 hectares). A variedade Hass, das principais e melhor aceites, é também a preferida deste jovem agricultor, que depois de algumas pesquisas decidiu apostar, em 2009, na plantação de seis hectares desta variedade de abacate, a mais adaptada às condições climáticas da região e ao solo dos tradicionais pomares de citrinos da família em Estoi, apesar de ser muito sensível ao frio e à geada.

Hoje em dia, embora tenha uma pequena percentagem de Bacon, “sem interesse para o mercado externo”, Pedro Mogo continua a privilegiar o abacate Hass, mais pequeno e rugoso mas com maior percentagem de óleo (fulcral). Gerir o pomar é uma tarefa levada muito a sério por Pedro Mogo que procurando rentabilizar os custos de produção colocou sensores junto às raízes das árvores que medem o grau de humidade no solo.

A colheita, 100 por cento manual, concentrada nos meses de março, abril e maio, e a poda das árvores são fases mais “exigentes” devido sobretudo à falta de mão-de obra na região, que obriga a recorrer cada vez mais a trabalhadores paquistaneses, nepaleses e indianos.

Com o projeto de instalação do pomar aprovado em 2008, tendo beneficiado de um apoio de cerca de 50 mil euros, que foi “uma ajuda para a aquisição de alguns equipamentos, nomeadamente sistema de rega gota a gota”, Pedro Mogo defende que “temos de ver os apoios como um complemento ao investimento” e não como uma fonte de financiamento. Na sua opinião, a “lufada de ar fresco” registada a partir de 2008 foi determinante para pôr a mexer novos investimentos no Algarve, que “estava quase a entrar em decadência”, permitido criar emprego e valor para a região e o país.



Iniciativa de...

● Manuel Lucas

Trocou a Função Pública pela enxada

Manuel Lucas era funcionário público há 18 anos e olhava com tristeza para os 3,5 hectares que o pai cultivava com vinha, em Eiras Velhas, a umas dezenas de quilómetros do Funchal. O terreno estava já sem préstimo, quase a tornar-se baldio e resolveu “pegar na enxada”, com a ajuda de amigos e dos apoios oficiais do governo regional.

“**N**uma primeira fase, ainda tentei conciliar o amanho da terra com o horário de trabalho na Administração Pública, mas rapidamente percebi que não era possível”.

Em 2007, arriscou e largou o certo pelo incerto.

“É verdade, arrisquei porque, na altura, as vacas ainda estavam gordas e falava-se pouco de crise”, conta Manuel Lucas, que tem agora 42 anos, 4 hectares de terra e é o agricultor mais novo da vizinhança. Talvez o único que tem em casa “uma janela aberta para o mundo”.

Sem formação técnica específica, o antigo funcionário público reconhece que é através da internet que vai aprendendo mais: “Antigamente, só se aprendia trocando saberes com os vizinhos, hoje, quando tenho dúvidas sobre alguma coisa é o computador que me vale, na maior parte das vezes”.



“A falta de acompanhamento técnico é um dos problemas com que o agricultores se deparam aqui na Madeira, por isso temos que ir, por nossa conta, à procura de informação”.

Depois de um investimento de 300 mil euros, Manuel Lucas dispõe de uma propriedade com 15 mil parreiras da casta verdejo para o vinho da Madeira (“este ano deu menos de 30 mil quilos, mas as uvas são de muito boa qualidade”). E diz que é “nas entrelinhas da vinha” que produz várias espécies de batata normal e doce (“umas 30 toneladas/ano, no total”), couve (uns 10 mil quilos de repolho, penca e roxa”) e ainda cenouras.

E como fazer o escoamento de uma produção com esta dimensão?

A pergunta tem uma resposta em várias direções: “Para a maior parte da produção, tenho um contrato com a SONAE, mas tenho também outros clientes mais pequenos e ainda vou ao mercado abastecedor vender diretamente os excedentes e o que as grandes superfícies não querem, como as plantas que nascem tortas ou não têm a calibragem adequada”. Manuel Lucas sabe que o contrato com um grande retalhista nem sempre é o mais vantajoso, mas, garante, “é o que permite trabalhar com alguma segurança, sabendo que, mesmo que seja baixo preço, há escoamento dos produtos”.

Além da mulher, que está desempregada e “dá agora uma mãozinha na parte da gestão e da contabilidade”, só Manuel Lucas é que trabalha a tempo interior na exploração agrícola de Eiras Velhas.

“Contrato apenas alguns trabalhadores eventuais quando é preciso, principalmente na época das colheitas. É assim a prática da agricultura aqui na Madeira. Não dá para mais, porque há muitas dificuldades por causa do clima, dos preços dos produtos e dos impostos. O fisco só incide sobre o produto da venda, sem olhar para o que gastamos”.

As dificuldades não tolhem Manuel Lucas, que garante estar a pensar em expandir a exploração, “mas sem dar o passo maior que a perna”.

“Temos de ir crescendo e aprendendo”, conclui o agricultor que, confessa, estar a começar a testar a produção de amoras, que é um produto delicado que obrigará a uma distribuição diária.

“Vamos ver se dá. Não se pode estagnar”.





Iniciativas

Iniciativa de...

● Andreia Marques

Lavados e frescos de ilha para ilha

A Universidade dos Açores juntou Andreia Marques, Emanuel Barcelos e João Monteiro. Cada um no seu curso e todos sem ligação direta à terra. Apenas o João, que frequentava biotecnologia agrícola, já trabalhava na área da agricultura, os outros dois cursavam engenharias, zootécnica a Andreia e do ambiente, o Emanuel.

Muitas conversas, uma ideia aqui, outra ali, e os três amigos, que tinham como horizonte profissional a investigação, mudaram de rumo e avançaram para o terreno. São hoje a Easy fruits&salads, uma empresa inovadora na região, de produção e comercialização de produtos hortícolas frescos e embalados.

A instalação do projeto começou em 2011, um ano depois já produzia e agora os três amigos já vivem em exclusivo da empresa, onde empregam mais quatro trabalhadores a tempo inteiro, garantindo todo o ciclo produtivo, da sementeira à embalagem das hortícolas já lavadas. Tudo isso com uma preocupação central, a de fazer uma agricultura sustentável, designadamente com uso racional da água e conservação dos solos e das culturas, sem uso desnecessário de produtos químicos.

O início da aventura ficou marcado pela dificuldade de financiamento e pelos passos lentos que conduzem à concretização do projeto.

“Os projetos para os apoios comunitários na região são excelentes, o processo é que é muito moroso e quando chegou a altura de investirmos, a banca fechou-nos as portas”. É a memória de Andreia, ao falar dos tempos difíceis. Mas os três amigos não desistiram. A persistência levou-os a bater à porta certa. “Felizmente, acabou por haver um banco regional que apostou em nós, se calhar por estar mais ciente da realidade da região. E cá estamos instalados e a crescer”.

Numa região que vive essencialmente da agricultura, maioritariamente da pecuária, com produção de leite e de carne, os jovens açorianos não viram as costas à terra da família ou ao saber fazer que aprendem com os pais e já na Universidade. Mas Andreia, o João e o Emanuel fugiram à regra e começaram do zero.



“O projeto nasceu mesmo do zero. Não tínhamos terras de família, nem relação com negócios na agricultura. Foi mesmo uma primeira instalação a partir do nada. O terreno com 1,5 hectares (na Fajã de Baixo, no concelho de Ponta Delgada, na ilha S.Miguel), onde hoje a Easy Fruits &Salads está instalada, foi comprado no âmbito da candidatura do projetos aos fundos comunitários disponíveis na região. Com a sensibilidade de consumidores, percebemos que havia uma lacuna no mercado açoriano de produtos frescos embalados. Pensámos que as saladas e ervas aromáticas, lavadas e embaladas produzidas nos Açores podiam chegar mais frescas e mais baratas ao consumidor do que as importadas do continente”, explica Andreia Marques, orgulhosa da aposta, ao sublinhar que agora já há produtos hortícolas frescos açorianos nas ilhas de S. Miguel, Santa Maria, Flores, Terceira e Horta. Outras rotas (fora das ilhas e estrangeiro) se seguirão, logo que seja possível aumentar a produção.

Com a consciência de que o transporte e a comercialização de produtos frescos nas ilhas não é fácil e que tem de ser realizada nas melhores condições, a Easy delegou essa tarefa a uma empresa especializada, já com créditos no mercado, a Gelvalados, com a qual foi estabelecida uma parceria.

“A verdade é que a colocação no mercado dos nossos produtos foi surpreendentemente fácil. A entrega da comercialização a uma empresa especializada, permitiu-nos entrar no mercado, onde eles já estavam com outros produtos, como a Pescanova, e garantir preços competitivos. A vantagem é que, apesar de o transporte marítimo entre ilhas ser complicado, em particular no inverno, é mais fácil para nós, que já cá estamos, do que para as empresas de fora. Além disso, os açorianos preferem consumir o que é da nossa região”.

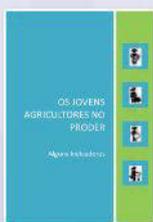
O êxito da Easy prova que é possível uma nova atitude para viver da terra. Como Andreia Marques explica “é preciso trabalhar bem e ser o mais polivalente possível”.

“O agricultor atual tem de saber um pouco de tudo, desde gestão a marketing, de legislação, porque terminaram os tempos em que o agricultor trabalhava na terra de sol a sol e à noite tinha de transportar os produtos para chegar ao mercado de madrugada. Agora, o agricultor tem de ser um empresário agrícola”.

- 1 **A Instalação de Jovens Agricultores: fatores que determinam o sucesso.** AJAP, GPP. AJAP, 2012.
Disponível em http://ajap.pt/downloads/Livros/A_Instalacao_de_Jovens_Agricultores-Fatores_que_Determinam_o_Sucesso.pdf
- 2 **Os Jovens Agricultores no PRODER – alguns indicadores.** AG do PRODER, 2013.
Disponível em <http://www.proder.pt/Handlers/FileHandler.ashx?id=3713&menuid=429>
- 3 **Estudo de Actualização Avaliação Intercalar Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural. Relatório Final.** INA, ICADR
Disponível em http://www.gpp.pt/drural/Avaliacao_FEOGA.html
- 4 **Jovens Agricultores: Transição Rural ou Regresso à Terra?** Pedro Soares. Animar, ISA, INIAV e Rota do Guadiana, 2013.
- 5 **EU Measures to Encourage and Support New Entrants.** Jesús G. Regidor. Policy Department B: Structural and Cohesion Policies, European Parliament. European Union, 2012.
Disponível em http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2012/495830/IPOL-AGRI_NT%282012%29495830_EN.pdf
- 6 **Youth and Young Farmers Thematic Initiative. Final Report.** European Network for Rural Development. 2014.
Disponível em http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/app_templates/enrd_assets/pdf/youth_and_young_farmers/Youth_report_final.pdf
- 7 **Young farmers and younger people in rural Europe.** European Network for Rural Development. 2012.
http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/app_templates/enrd_assets/pdf/EAFRD-project-brochure/EAFRD_youngfarmer_en.pdf



1



2



3



4



5



6



7

Internet

- RRN – Rede Rural Nacional - <http://www.rederural.pt/>
- AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal - <http://www.ajap.pt>
- Jovem Agricultor em Rede – Plataforma web - <http://jovemagricultoremrede.net>
- CNJ – Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal - <http://www.cnjap.pt>
- European Council of Young Farmers - <http://www.ceja.eu/>
- PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - www.pdr-2020.pt
- PRORURAL+ – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores - <http://prorural.azores.gov.pt/pac2013.aspx>
- PRODERAM 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira - <http://www.sra.pt/PRODERAM/index.php>
- IFAP I.P. – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - <http://www.ifap.min-agricultura.pt/>
- Programa Portugal2020 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP) - <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>
- Plano Nacional de Implementação de uma Garantia para a Juventude - http://www.cases.pt/0_content/comunicacao/newsletters/geral/Newsletter2014/1/Plano_Nacional_de_Implementacao_de_uma_Garantia_Jovem.pdf
- Medida COOPJOVEM - <http://www.cases.pt/programas/coopjovem>
- DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - <http://www.dgadr.mamaot.pt/>
- GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - <http://www.gpp.pt/>
- DG AGRI - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Comissão Europeia) - http://ec.europa.eu/dgs/agriculture/index_en.htm
- REDR – Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (2007-2013) - <http://enrd.ec.europa.eu/>
- REDR – Tema Juventude e Jovens Agricultores - http://enrd.ec.europa.eu/themes/youth-and-young-farmers/en/youth-and-young-farmers_en.cfm
- PEI-AGRI (na Comissão Europeia) - Parceria Europeia de Inovação para a Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura – <http://ec.europa.eu/eip/agriculture/en>
- PEI-AGRI (na RRN) - <http://www.rederural.pt/index.php/pt/redes-ue/parceria-europeia-de-inovacao>

O *sítio da Rede Rural Nacional (RRN)* é um meio de comunicação fundamental para a troca e divulgação de informação atualizada sobre as seguintes matérias:

- Notícias e eventos nacionais e internacionais com interesse para o Desenvolvimento Rural
- Informação sobre funcionamento e iniciativas da RRN
- Projetos Relevantes em meio rural
- Publicações da RRN
- Atividades, eventos, notícias das Redes Rurais de outros Estados-Membros e da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural
- Publicações e documentos com interesse para o Desenvolvimento Rural
- Área de comunicação interna reservada



Facebook da RRN

<https://www.facebook.com/pages/Rede-Rural-Nacional/444105895706165>



Twitter da RRN

https://twitter.com/pt_rrnacional

www.rederural



AV. AFONSO COSTA, 3 1949-002 LISBOA PORTUGAL · TEL.: (351) 218 442 391 FAX: (351) 218 442 380 E-MAIL: rederuralnacional@cgadr.pt

